

DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO NO NT (2): MATEUS 5.31,32 E MATEUS 19.1-12

Divorce and Remarriage in the NT (2): Matthew 5.31,32 and Matthew 19.1-12

Dr. Arthur W. Dück¹

RESUMO

No tempo de Jesus o divórcio entre o povo de Deus é autorizado por “qualquer motivo” (baseado na escola de Hillel). Os fariseus perguntam se Jesus concorda com a posição de Hillel, predominante na época. Em Marcos 10 e Lucas 16, Jesus fecha as portas para o divórcio e o novo casamento — não refletem o plano inicial e ideal de Deus para os relacionamentos matrimoniais. O contexto hostil do questionamento pode ter levado Jesus a responder de forma categórica e generalizada. Em Mateus 5 e 19, entretanto, Jesus apresenta a cláusula de exceção, afirmando que o divórcio é inválido “a não ser por causa de infidelidade”. Jesus mostra que a aliança matrimonial pode ser quebrada pela infidelidade e que, neste caso, o divórcio é autorizado, mas não obrigatório. Além disso, no caso de divórcios válidos, o novo casamento é autorizado.

Palavras-chaves: Divórcio e novo casamento (NT). Mateus 5.31,32. Mateus 19.1-12. Cláusula de exceção.

ABSTRACT

In Jesus' time divorce among God's people was permitted for “any reason whatsoever” (based on the school of Hillel). The Pharisees ask if Jesus agrees with Hillel, the dominant stance at the time. In Mark 10 and Luke 16 Jesus closes the doors for divorce and remarriage — they are not according to God's initial plan and do not reflect God's ideal for marital relationships. The hostile atmosphere in which the question was addressed might have influenced Jesus' categorical and generic answer. In Matthew 5 and 19, however, Jesus presents the exception clause saying that divorce is invalid “except for sexual immorality”.

¹ O autor é Bacharel em Teologia pelo Instituto e Seminário Bíblico Irmãos Menonitas (ISBIM), Mestrado em divindade pelo Trinity Evangelical Divinity School (Deerfield, Illinois, EUA) e PhD em Estudos Interculturais pelo Trinity International University (Deerfield, Illinois, EUA). É professor da Faculdade Fidelis e professor convidado do Seminário Servo de Cristo. E-mail: arthurwduck318@gmail.com

Jesus shows that the marriage covenant can be broken through sexual immorality and that in such cases, divorce is permitted, though not mandatory. In addition, in the case of a valid divorce, remarriage is permitted.

Keywords: Divorce and remarriage (NT). Matthew 5.31,32. Matthew 19.1-12. Exception clause.

INTRODUÇÃO

No artigo anterior, foram tratadas as mudanças ocorridas no que diz respeito a divórcio e novo casamento no período intertestamentário e as passagens de Marcos 10.2-12 e Lucas 16.18. As mudanças trazidas pelo contato mais intenso do povo de Deus com outras nações, a partir do Exílio, levaram a interpretações distintas do texto de Deuteronômio 24.1-4, defendidas pelas escolas de Hillel e Shammai. É nesse contexto que Jesus é abordado pelos líderes dos judeus, para ver a opinião dele sobre o assunto. Tanto Marcos 10 quanto Lucas 16 parecem fechar as portas para o divórcio e, conseqüentemente, para o novo casamento. Jesus insiste no plano inicial de Deus, que não os incluía. As duas passagens de Mateus acrescentam o que se designa de cláusula de exceção. O que diz essa cláusula e como se relaciona com os outros textos a respeito do divórcio? Este artigo explora a contribuição de Mateus para o tema do divórcio nos Evangelhos e busca uma conclusão sobre o ensino de Jesus como registrado nos Evangelhos sobre o tema.

1. DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO NO NT

Os Evangelhos apresentam o ensino de Jesus acerca de divórcio e novo casamento em quatro passagens: Marcos 10.2-12; Lucas 16.19; Mateus 5.31,32; 19.1-12. Os textos de Marcos e Lucas já foram abordados em outro artigo. Nos voltamos agora para as passagens do Evangelho de Mateus.²

1.1 Mateus 5.31,32

1.1.1 Questões introdutórias

Esta passagem faz parte do Sermão do Monte e, como tal, descreve as normas no Reino. Nela, Jesus reinterpreta a Lei para o povo, com o propósito de mostrar a intenção real dela e também para corrigir distorções que as interpretações dela haviam proporcionado (MURRAY, 1993, 19).³

Mateus sintetiza os ensinamentos de Jesus como uma convocação ao arrependimento diante da

² Para um estudo sobre Marcos 10.2-12 e Lucas 16.18, veja DÜCK, 2018. Para uma análise de divórcio e novo casamento no AT, veja DÜCK, 2017a; 2017b.

³ Convém lembrar que, no Sermão do Monte, Jesus interpreta a lei de Deus e não a refuta (Mt 5.17-20). Não há dúvida de que Jesus teve embates com os líderes religiosos dos seus dias, mas o Mestre queria que todos soubessem que ele não era contra a Bíblia em si (KEENER, 1991, p. 13). “Jesus nunca criticou o que o Antigo Testamento dizia, embora ele frequentemente criticou como as pessoas o interpretavam” (INSTONBREWSTER, 2011, local 673). Jesus exige não apenas o cumprimento da Lei (mera religiosidade), antes a motivação correta para andar na lei do novo Moisés. As propostas para a relação do Sermão do Monte com a Lei, baseadas em Mateus 5.17-20 são inúmeras (veja CARSON, 1982; 1995; MOO, 1992). De uma forma geral Jesus afirma que cumpre de uma perspectiva da história da salvação, teológica e moral, o que a Torá e os Profetas anteciparam, predisseram e ensinaram de maneira preliminar (MCKNIGHT, 2013, p. 68).

vinda do Reino: “Arrependei-vos, porque o reino do céu chegou” (Mt 4.17).⁴ Logo em seguida, mostra como diversas pessoas abandonam sua família e sustento para segui-lo, dando mostras do discipulado radical (Mt 4.18-22) que caracteriza os seguidores do novo Mestre. Depois disso, nos cap. 5-7, Jesus expõe de modo um pouco mais detalhado o modo de vida do Reino (KEENER, 1991, p. 13).

A passagem sobre o divórcio (Mt 5.31,32) faz parte das antíteses nas quais Jesus está querendo mostrar claramente a atitude e o comportamento que ele requer, bem como mostrar que suas exigências ultrapassam as exigências da Torá, sem contradizê-la.⁵ Segundo Davies e Allison, os seguidores de Jesus devem buscar pureza de intenção (5.21-20), obedecer à vontade de Deus fazendo o mínimo de concessões ao pecado (5.31-37) e amar tanto o amigo quanto o inimigo de modo altruísta (5.38-49). Não basta obedecer às leis da Torá. A letra da lei não traz vida. Assim, para atingir conformidade perfeita à vontade de Deus, é necessário ser movido por algo que não pode ser formulado de maneira casuística. A Lei não vai [nem consegue] mostrar como é a vida daqueles que realmente são pobres de espírito, puros de coração e cheios de misericórdia (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 1, p. 508-509; STANTON, 1992, p. 742). Logo, Jesus está mostrando que a justiça dos seguidores de Jesus precisa exceder a dos fariseus (Mt 5.20). A justiça não é construída sobre a obediência à legislação, mas conformidade perfeita à vontade de Deus (Mt 5.48). Isso vai ficar muito claro quando Jesus dá exemplos sobre dar esmolas, orar e jejuar (Mt 6.1-18) (STANTON, 1992, p. 742-743). “A vinda do reino é o início da restauração do paraíso, a união da criação e da redenção, a concretização final da intenção original de Deus” (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 14). Jesus vem consertar o que o pecado estragou e elabora normas para viver nesse mundo restaurado.

Nas primeiras duas antíteses (que precedem a antítese sobre o divórcio), Jesus está deixando claro que suas exigências são radicais e completas. Nada além de uma devoção completa será suficiente para verdadeiros discípulos do Reino, caso contrário, os discípulos se tornam tão úteis quanto o sal sem sabor ou a luz invisível (Mt 5.13-16) (KEENER, 1991, p. 19-20). Por outro lado, vivendo de acordo com os padrões do reino (Mt 5.3-12), a luz deles brilhará diante das pessoas “para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai, que está no céu” (Mt 5.16).

Os ensinamentos de Jesus são muito radicais, parecem até impraticáveis, razão pela qual o Sermão do Monte tem sido interpretado de muitas maneiras durante a história.⁶ Ao que tudo indica, Jesus usa o estilo retórico dos seus dias, afirmações gerais que talvez não se apliquem a todas as situações. O Mestre nos advertiu que é errado olhar para uma mulher como se ela fosse um objeto de nosso desejo (Mt 5.28). Mas este olhar não é censurado em todas as situações — faz parte do relacionamento sexual com a própria esposa (KEENER, 1991, p. 20). Mesmo a solução para o problema do olho que nos faz tropeçar, proposta por Jesus, claramente é exagero: arrancar o olho direito ainda deixa intacto o olho esquerdo, que pode continuar a cobiçar (CARSON, 1982, p. 44).⁷ Jesus alertou sobre a ira contra um irmão. Mas Jesus, Paulo e Tiago

⁴ As referências bíblicas são todas da Almeida Século 21, salvo indicação em contrário e as dos livros apócrifos da Bíblia de Jerusalém.

⁵ Para uma discussão sobre Jesus, a autoridade da lei mosaica e o seu cumprimento, veja MOO, 1984.

⁶ Para uma análise das diversas interpretações históricas do Sermão do Monte, em parte tentando escapar da impraticabilidade dos ensinamentos ali presentes, veja GUELICH, 1982, p. 14-21; STANTON, 1992, p. 739; EWERT, 2000, p. 160-162; KISSINGER, 1975.

⁷ Orígenes (c. 195-254 d.C.) castigou a si mesmo para não sucumbir à tentação. Com isso, procurou levar ao pé da

guardar a lei judaica (como eles a entendiam). Precisamos chegar o mais próximo possível do que Jesus realmente estava tentando dizer para sua audiência original (Tg 3.1) (KEENER, 1991, p. 20).

Logo, a questão não é se devemos levar os ensinamentos de Jesus a sério, mas tentar entender o efeito que Jesus queria que suas palavras tivessem sobre seus ouvintes no ambiente original. Jesus se posiciona contra o divórcio, disso ninguém tem dúvida, mas se trata de uma proibição absoluta? Se havia exceções nas antíteses anteriores, isso implicaria que a colocação de Jesus também as contempla quando trata do divórcio?

Não temos certeza por que a igreja leva tão a sério a questão do divórcio, e trata com relativo descaso a questão da ira e da cobiça (as duas antíteses anteriores) (KEENER, 1991, p. 21), bem como tantas outras. Talvez seja porque se trata de algo visível, que pode ser identificado com mais facilidade.¹² Também pode ter sua origem no fato de que cada cultura faz uma classificação dos pecados do mais para o menos grave.¹³ No entanto, como a ira e a cobiça também se encontram dentro das antíteses, todas deveriam ser tratadas com a mesma seriedade.

Segundo Keener, os ditos de Jesus aqui se encaixam com o gênero de sabedoria que apresenta o princípio geral como se fosse absoluto.¹⁴ Jesus não economiza nas hipérboles para enfatizar uma verdade.¹⁵ Elas são radicais, tentando nos levar a entender melhor o princípio e depois mudar a maneira que vivemos, para nos conformar com ele (1991, p. 24).

Palavras de sabedoria, como encontradas no livro de Provérbios, são princípios gerais colocados de forma sucinta, que querem afirmar uma única verdade. Mas uma palavra de sabedoria não diz tudo sobre determinado assunto, nem se supõe que o faça (FEE; STUART,

¹² Diversas antíteses de Jesus (Mt 5.21-48) não foram proferidas em um contexto legal. Além disso, a maioria delas lida com elementos sobre os quais um tribunal não consegue decidir, já que trata de questões internas: ira, cobiça, juramento, ódio para com os inimigos. Entretanto, o divórcio (assim como a retaliação contra os inimigos) pode ser discutido em um tribunal, mesmo que seja relacionado somente ao certificado de divórcio (KEENER, 1991, p. 23) ou ao cumprimento das prescrições estabelecidas no contrato de casamento em caso de divórcio, como a devolução do dote, etc.

¹³ No Brasil, certamente a influência de quem nos trouxe o evangelho, lecionou em nossas instituições de ensino teológico e recomendou nossos livros-texto é marcante. Essa influência não é necessariamente ruim, mas certamente mostra uma influência cultural sobre o entendimento do evangelho. Cabe à igreja brasileira refletir sobre o legado recebido e discernir se está adequado ao que a Bíblia ensina, ou se trata de uma questão cultural que veio misturada com o evangelho. Com o amadurecimento da igreja brasileira, sem dúvida esse processo se desencadeará com mais naturalidade.

¹⁴ Nesse sentido, Nolland argumenta que a cláusula de exceção foi uma tentativa de grupos posteriores que pegaram o ensino de Jesus e tentaram implementar a visão do Mestre para a prática da igreja (algo extremamente necessário, uma vez que os princípios dele devem ser aplicados em todas as esferas e contextos). Ele lembra, no entanto, que a regra prática que surge do princípio nunca é exatamente igual ao princípio moral por trás do mesmo (1995, p. 25). Como se trata de uma ciência humana, o aspecto da interpretação é vital e ao mesmo tempo perigoso.

¹⁵ Muitos mestres judaicos utilizavam a hipérbole em seus ensinamentos. Assim, afirmavam algo exagerado para conseguir a atenção dos ouvintes. Isso também era comum no mundo greco-romano, que utilizava o exagero com essa mesma finalidade, e não com o fim de enganar os ouvintes, como alguns leitores atuais poderiam supor. Jesus usa a hipérbole quando afirma que é mais fácil um camelo passar pelo buraco da agulha do que um rico entrar no Reino (Mt 19.24). Os discípulos se assustam e perguntam quem então poderá ser salvo (Jesus conseguiu a atenção dos discípulos!). Jesus responde que aquilo que é impossível para os homens, é possível para Deus. Isso é dito no contexto do jovem rico que vem a Jesus buscando a vida eterna. Afirmar que Jesus utiliza hipérboles em seus ensinamentos não constitui desculpa para não praticar o que ensinou. Trata-se de um exagero que nos força a pensar no aspecto radical do ensino visando a mudar a nossa forma de pensar e viver. Mas, ao mesmo tempo, nos adverte contra a aplicação muito literal de um texto, como um parecer de um estudioso ou jornalista da atualidade, ou mesmo das palavras de Jesus (KEENER, 1991, p. 24; 1997b, p. 120).

2000, p. 207). O livro de Provérbios menciona diversas vezes que a riqueza é bênção dada por Deus, mas também condena a riqueza adquirida por meios ilícitos. Não se trata de uma contradição — um provérbio afirma um princípio geral que geralmente precisa ser ressaltado quando tentamos colocá-lo em prática (KEENER, 1991, p. 24-25). Em Marcos e Lucas, Jesus afirma que o divórcio não deve ocorrer (sem exceções), mas tanto Mateus, quanto Paulo incluem uma exceção, ou seja, eles entenderam que o princípio de Jesus era geral e que não se aplicava a todos os casos (KEENER, 1991, p. 26-27; OWEN, 1997, p. 44-45).¹⁶ Convém lembrar, no entanto, que muitos interpretam os textos da Bíblia de modo bem mais literal, denominado por alguns como interpretação legalista. Esse é um dos motivos pelo qual a discussão sobre o divórcio e o novo casamento é tão acirrada.¹⁷

1.1.2 Análise do texto (Mateus 5.31,32)

A antítese anterior (Mt 5.27-30) tratou a respeito do adultério e da pureza. Isso claramente conduz à questão do divórcio (CARSON, 1982, p. 45). Embora a conexão com as antíteses anteriores seja clara, aqui o foco é colocado mais sobre as ações do que sobre os pensamentos, como ocorrerá nas antíteses seguintes (HAGNER, 1993, p. 122). Esta antítese (5.31,32), como as outras, inicia com uma referência ao que foi dito no AT, embora seja mais curta que as outras: “Também foi dito” (5.31).¹⁸ Não pode ser negado que os ouvintes/leitores tinham em mente não apenas o texto do AT a que a antítese se refere, mas também a interpretação corrente do texto. Neste caso, Jesus lembra o entendimento do AT de que o homem que quiser se divorciar de sua esposa, precisa entregar-lhe o documento ou certificado de divórcio. A lei a que Jesus se refere vem claramente de Deuteronômio 24.1, que dissolvia o casamento vigente e autorizava um novo casamento da mulher (GARDNER, 1991, p. 107),¹⁹ embora não seja uma citação do texto do AT, somente uma alusão a ele.²⁰ Na verdade, segundo

¹⁶ Pegar as palavras de Jesus, de Paulo, ou outras partes das Escrituras e aplicá-las para a vida da igreja como regras, normas, princípios, etc., não é tarefa fácil, visto que muitos anos separam o texto original dos leitores atuais, além das diferenças culturais, etc. Facilmente pode levar ao legalismo e a perguntas sobre o quão literal suas palavras devem ser consideradas, ou o quanto de liberdade a igreja tem para formular a prática baseada em sua própria cultura. Estas são questões complexas que precisam ser respondidas por cada geração — as igrejas não podem simplesmente assimilar as práticas da geração anterior. Para mais detalhes, veja OWEN, 1997, p. 46-47. Verhey, inclusive, alerta-nos que é preciso tomar cuidado quando as palavras de Mateus ou de Paulo são aplicadas para uma nova cultura, sem atentar para a intenção de Jesus com os ensinamentos (1976, p. 30). Não devemos fazer distinção entre o que Jesus ensinou e as palavras inspiradas das Escrituras proferidas por outro autor humano (e.g., 1Co 7.12), mas a aplicação dos princípios deve sempre levar em consideração a intenção do autor humano do texto sagrado e a intenção do autor divino do texto. Para uma aplicação direta disso para o problema da poligamia em boa parte de África, veja OWUSU, 2007.

¹⁷ O ensino de Jesus sobre o divórcio é visto por alguns como hipérbole, ao passo que outros enxergam que o texto é muito claro e deve ser praticado como se fosse escrito para a nossa realidade (veja FARLEY, 2008, v. 2, p. 199).

¹⁸ Comparado com: “Ouvistes que foi dito aos antigos” (Mt 5.21) e “Ouvistes que foi dito” (5.27). Para uma discussão mais ampla sobre a fórmula introdutória desta antítese, veja GUELICH, 1982, p. 197. Para uma análise sobre a estrutura das primeiras antíteses que levam a esta terceira, veja BLOMBERG, 2014, p. 28.

¹⁹ É importante frisar que o texto de Deuteronômio 24 não discute se Deus aprova ou não o divórcio, nem mesmo apresenta em que casos o divórcio seria autorizado, somente os resultados de um divórcio que se presume já ter se concretizado. O texto do AT não está instruindo o marido a fornecer um certificado para a esposa da qual está se divorciando, mas que se ele se divorciou dela, deve conceder a ela o certificado de divórcio. Presume-se que o marido possa se divorciar da esposa, o mesmo ocorrendo com o segundo marido, se ela se casou novamente. Mas em lugar algum no AT há um motivo que justifique por que o marido teria esse direito (FRANCE, 2007, p. 206).

²⁰ Segundo Maier, Jesus não cita nem o texto hebraico do AT nem a LXX, mas um resumo rabínico do texto, que apresenta uma ênfase diferente do texto original (1983, p. 166). Para maiores detalhes, veja BLOMBERG, 2014,

McKnight, o que Jesus está querendo dizer é: “Vocês ouviram o que dito que se um homem quiser se divorciar de sua mulher, ele precisa *apenas* dar a ela o certificado de divórcio”. Com isso, Jesus não está somente citando Moisés, mas a permissividade adotada quando se falava no divórcio. O foco não estava colocado sobre as razões que permitiam o divórcio, mas sobre a necessidade de dar à esposa um certificado de divórcio que permitiria o novo casamento (MCKNIGHT, 2013, p. 99).

O texto de Deuteronômio 24 afirma que, se um homem encontrar “alguma coisa vergonhosa” em sua esposa e quiser se divorciar dela, terá que lhe dar um documento que prove o divórcio. O texto não especifica o que vem a ser “alguma coisa vergonhosa”.²¹ Se a mulher divorciada se casa com um segundo marido e este também se divorciar dela, ou então falecer, ela não poderá retornar para o primeiro marido. Independentemente da razão disso,²² certamente o certificado de divórcio e a proibição de retornar ao primeiro marido inibiam o divórcio apressado (CARSON, 1995, p. 152).

A ordem em que aparecem as palavras da cláusula de exceção no grego *lo,gou pornei,aj* (razão da imoralidade) são o oposto da ordem natural. Isso é significativo, pois é provável que a ordem das palavras seja intencional, para refletir a interpretação da escola de Shammai, já que eles inverteram a ordem das palavras do texto de Deuteronômio 24.1, para enfatizar a sua interpretação desse texto: “A escola de Shammai afirma: Um homem não deveria se divorciar de sua esposa, exceto se encontrar nela razão de indecência (*tw:r>[rb'D', dabar erwat*), como está escrito: Pois ele encontra nela uma indecente razão (*rb'D' tw:r>[, erwat dabar*) (m. Git 9.10). Assim, parece que essa exceção apresentada por Mateus é uma tradução literal dessa expressão de Deuteronômio 24.1, de forma a sintetizar a posição da escola de Shammai. Isso se encaixa com a pergunta de Mateus 19, que resume a interpretação da escola de Hillel do mesmo versículo (INSTONE-BREWER, 2002, p. 159).²³

O que se discute na época de Jesus são os motivos para o divórcio e não se o casamento pode ser dissolvido por meio de um procedimento legal. Na verdade, toda a discussão no primeiro século d.C. tinha se afastado do motivo real da passagem de Deuteronômio 24 e se concentrado sobre o *erwat dabar* (“alguma coisa vergonhosa”), traduzido como *porneia* (CARSON, 1982, p. 45). Concentrando-se sobre esta expressão do AT, o foco da passagem original foi perdido.

O procedimento legal para o divórcio seria a entrega de um “certificado de divórcio”. Segundo Bauer, esse documento expressava um sentido técnico em grego que expressava “abrir mão da propriedade” (apud GUELICH, 1982, p. 198). A esposa, que no AT, em diversas circunstâncias, era vista como propriedade do marido;²⁴ agora não está mais debaixo dessa

p. 29-30.

²¹ Para as possibilidades de interpretação adotadas por diferentes estudiosos para “alguma coisa vergonhosa”, veja DÜCK, 2017a, p. 30-38.

²² Para possibilidades discutidas por estudiosos para o motivo para esta proibição, veja DÜCK, 2017a, p. 26-30.

²³ Para uma discussão sobre a tradução da expressão hebraica (*rb'D' tw:r>[, erwat dabar*) para a LXX e a utilização de *pornei,a* (*porneia*) por Mateus como um termo geral e não específico, veja INSTONE-BREWER, 2002, p. 158-159.

²⁴ O tratamento dado à mulher no AT, às vezes, denota a noção de que ela é propriedade do marido. As filhas eram propriedade do pai, que as dava em casamento e tomava esposas para seus filhos (e.g., Jr 29.6). Mesmo o décimo mandamento, que proíbe a cobiça, coloca a esposa ao lado de servos, casa, animais ou ainda outra coisa (Êx 20.17). Ao mesmo tempo, a esposa não podia ser vendida como mercadoria, mesmo em um mundo dominado pelos homens (MARTIN, 2010, p. 26).

autoridade, ou seja, a mulher está livre. As fontes rabínicas descrevem como deveria ser o certificado de divórcio: a necessidade de duas testemunhas; o conteúdo do certificado; como este deveria ser entregue e a possibilidade de revogação do mesmo (GUELICH, 1982, p. 198).²⁵

Embora o divórcio no AT fosse permitido, esse não era o que Deus tinha em mente quando criou os seres humanos e planejou a união deles. O divórcio era permitido, mas não era a intenção original de Deus. Nesta antítese, Jesus se posiciona contra o divórcio, afirmando que o procedimento legal (entregar o certificado de divórcio) não altera a condição da mulher que foi despedida por causa de adultério: ela continua casada. Contudo, a situação econômica praticamente a forçava a embarcar em um novo relacionamento, o que é considerado adultério. O mesmo vale para o homem que se casa com uma mulher divorciada: ele também comete adultério (GARDNER, 1991, p. 107).

O homem que se divorcia de sua esposa, a não ser por infidelidade, “torna-a adúltera”. As palavras que Mateus atribui a Jesus são muito parecidas com as de Lucas 16.18 (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 1, p. 527). Mas há uma diferença dos textos de Lucas 16.18 e Marcos 10.11 em relação a Mateus 5.32. Enquanto Lucas e Marcos afirmam que o marido que se divorcia de sua esposa e casa com outra comete adultério (Lc 16.18; Mc 10.11), Mateus 5.32 atribui o adultério à mulher divorciada e coloca a responsabilidade pelo seu adultério sobre o ex-marido (“todo aquele que se divorciar de sua mulher [...] torna-a adúltera”) (GUELICH, 1982, p. 243).²⁶ Davies e Allison resumem a abordagem a respeito do divórcio entre os judeus desta época: “A impressão que se tem com base em fontes judaicas antigas é que o divórcio era relativamente fácil; não era considerado um delito grave” (2004, v. 1, p. 528).

Quando afirma “torna-a adúltera” (Mt 5.32), comparado com “comete adultério” (Mc 10.12), isso implica que a mulher vai casar novamente.²⁷ Quem casa com uma mulher divorciada comete adultério,²⁸ algo sem paralelo na literatura judaica da época. A sinagoga antiga alertava contra o casamento com uma mulher divorciada por motivos racionais (pense bem com quem está se metendo).²⁹ Somente o casamento de uma mulher adúltera com seu amante era proibido (STRACK; BILLERBECK, 1982, p. 320-321).

Essa passagem admite que a mulher seria “a parte culpada”. Fica claro que ela não pode se casar novamente. Gundry afirma que existe uma ênfase especial para que o marido não contribua para com o adultério de sua esposa, o que aconteceria se ela se casasse novamente

²⁵ Para mais informações sobre o certificado de divórcio incluindo modelos deste, veja DÜCK, 2018, p. 34-35.

²⁶ Para uma análise sobre a origem dessa afirmação com base em “Q”, veja VAWTER, 1977, p. 529-531.

²⁷ Poder-se-ia esperar que o texto descrevesse o divórcio como errado, proibido, pecaminoso, mau, etc., mas ele só pode ser considerado adultério se a mulher se casar novamente (STEIN, 1992, p. 193). Na verdade, o novo casamento era praticamente ponto pacífico. Assim, temos três pessoas que cometem adultério aqui: o marido que se divorcia da esposa (já que se casa novamente); a esposa divorciada (ela também se casa novamente); e o novo marido da esposa (que casa com a mulher divorciada). Eles se tornam adúlteros, porque o divórcio não anula o casamento original, mesmo que o certificado de divórcio atestasse que a mulher estaria livre para se casar com quem quisesse. Ensinando dessa maneira, Jesus insiste em algo estranho à lei judaica e introduz uma rigidez que ela desconhecia (DAVIES; ALLISON, 2014, v. 1, p. 532).

²⁸ Alguns estudiosos conectam a cláusula de exceção (“a não ser por causa de”) com a expressão “torna-a adúltera” (lít. “faz a mesma cometer adultério”), em vez de “se divorciar de sua mulher”. Desse modo, a cláusula de exceção não estaria dando motivo para o divórcio, mas afirmando que o marido que se divorcia da esposa não é responsável por seu adultério subsequente se ela já era imoral enquanto estava casada. Mas, isso seria um tanto forçado e essa visão não tem apoio da passagem paralela de Mateus 19.9 (GARDNER, 1991, p. 107).

²⁹ Os rabinos afirmavam que o casamento com uma pessoa divorciada não trazia sorte (GRUNDMANN, 1971, p. 163), mas Jesus vai além disso e condena a poligamia em série. As normas do Reino são diferentes e mais exigentes.

depois que ele se divorciou dela (apud HETH; WENHAM, 1985, p. 69). No texto não fica claro se a “parte inocente” poderia se casar novamente. Na verdade, o texto não menciona a “parte inocente” ou a “parte culpada”. Davies e Allison afirmam que a questão do novo casamento não pode ser resolvida com base na exegese do texto, já que as palavras que Mateus usa não permitem uma interpretação definitiva. O texto simplesmente não fala da liberdade pós-divórcio (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 1, p. 529).³⁰

Parece que Mateus escreveu quando a escola de Shammai estava em decadência e isso poderia indicar que o ensino de Jesus era mais severo do que era aceito de um modo geral. Também é possível que Mateus inseriu esta exceção para justificar o pensamento de José que pretendia deixar Maria em secreto, e ainda assim ser considerado uma pessoa justa (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 1, p. 530-531).³¹

Segundo Cranfield, há uma probabilidade grande de que a cláusula de exceção de Mateus foi uma adição posterior (1959, p. 318).³² Mas, se ela não foi original a Jesus, o significado estava

³⁰ Segundo Davies e Allison, o novo casamento da divorciada é proibido, porque, se a mulher já era adúltera no casamento, seria errado se casar com ela; mas, se esse não for o caso e ela fosse divorciada por outro motivo, o divórcio seria ilegal (o adultério seria a única razão justa para o divórcio) e, portanto, não estaria livre para se casar novamente (2004, v. 1, p. 532). Mas a opinião destes autores não é consensual.

³¹ Essa certamente é uma maneira de interpretar a intenção de Mateus em colocar esse relato no seu Evangelho em que equaciona *porneia* com adultério. Contudo, se *porneia* significar casamentos incestuosos (outra interpretação defendida por diversos estudiosos), essa maneira de ler esse relato se torna questionável. Heth propõe outro tipo de interpretação desse relato (1995, p. 77-82), já que entende que o novo casamento é proibido de forma absoluta por Jesus.

³² Há três fontes diferentes que apresentam o dito de Jesus sobre o divórcio (Marcos, “Q”, Paulo). Nenhuma delas apresenta a cláusula de exceção e, além disso, certamente trata-se da versão mais difícil do texto, dado o contexto judaico que permitia o novo casamento (STEIN, 1992, p. 196; para maiores informações sobre a *ipssisima verba* (as palavras exatas proferidas) de Jesus sobre o assunto, veja STEIN, 1992, p. 196-197). Hagner cita três motivos pelos quais é altamente improvável que a cláusula de exceção venha do próprio Jesus:

- a. Em outras passagens, incluindo Mateus, a ética do reino é apresentada em termos absolutos (cf. a proibição absoluta do divórcio nas passagens paralelas (Mc 10.11; Lc 16.18; cf. 1Co 7.11);
- b. A expressão é uma adaptação ao entendimento usual de Deuteronômio 24.1, que provavelmente reflete a prática da comunidade de Mateus;
- c. A inclusão da cláusula de exceção anula a antítese e no caso da passagem paralela de Mateus 19.3-12, enfraquece a lógica da passagem, em que Jesus parece não ter diferença alguma dos fariseus que adotavam a postura de Shammai (HAGNER, 1993, p. 123).

Ou seja, ao que tudo indica, a cláusula de exceção passou a fazer parte da tradição em um tempo posterior, visto que Mateus 5.32a usa palavras muito similares às de Deuteronômio 24.1 (GUELICH, 1982, p. 244). Charles advoga que a cláusula de exceção é uma glosa, mas uma glosa correta, que visa evitar uma interpretação errônea do texto (apud MURRAY, 1947, p. 14). Nolland defende que essa cláusula foi acrescentada à tradição antes de Mateus escrever o seu Evangelho, ou seja, originalmente, a cláusula não fazia parte da tradição (1995, p. 21; STRECKER, 1978, p. 53-55). Visto que, nas antíteses, Mateus intencionalmente contrapõe o ensino de Jesus com o ensino de Deuteronômio 24.1, dificilmente o apóstolo teria alinhado a antítese com a premissa. Assim, segundo Guelich, a cláusula de exceção teria originado de uma comunidade cristã-judaica rigorosa, que retrabalhou a tradição de “Q” para alinhar o ensino de Jesus com a lei do AT (1982, p. 244). Isso leva Guelich a concluir que a cláusula de exceção estaria ligada a casamentos que, de acordo com a lei judaica, seriam incestuosos entre os gentios (GUELICH, 1982, p. 245). Assim, conforme Nolland, a tradição original na qual se baseiam as passagens dos Evangelhos acerca do divórcio:

- a. Não tinha a cláusula de exceção – ela deve ter surgido dentro de um contexto judaico-cristão em que o adultério era visto como causando a destruição total do casamento. Assim, a cláusula seria a implementação da visão moral de Jesus como regra para a comunidade;
- b. Incluía o novo casamento do marido como parte essencial da ação sendo criticada;
- c. Incluía uma segunda parte sobre o casamento com uma mulher divorciada (NOLLAND, 1995, p. 345).

A maioria dos estudiosos acredita que Mateus acrescentou a cláusula de exceção, ou seja, ela não estava presente na tradição recebida também pelos outros evangelistas. Segundo Instone-Brewer, elas foram omitidas quando a questão foi resumida por causa da transmissão oral ou escrita. Era algo tão óbvio que os primeiros leitores a considerariam supérflua. Ela estaria incluída mentalmente, quer estivesse incluída no texto ou não (2002, p.

implícito em seus ensinamentos, de modo que Mateus corretamente apresenta esta exceção (KEENER, 1991, p. 27), ou então, essa exceção fazia parte da discussão original do problema, e foi omitida para fins de transmissão oral e escrita, já que era totalmente óbvia para a audiência original (INSTONE-BREWER, 2002, p. 134).³³

Possivelmente, Mateus insiste na cláusula de exceção (παρεκτός, exceto)³⁴ porque o ensinamento de Jesus sobre o divórcio, assim como a maior parte dos seus ensinamentos, não trata de uma formulação legal detalhada, como a dos mestres do seu tempo. Jesus enfatizava os princípios da lei, vendo a Palavra de Deus como exigência profética em vez de meramente leis casuísticas que exigiam extrapolações legais. Assim, é preciso olhar para os ensinamentos de Jesus como princípios e não aplicá-los de modo legalista, como grande parte da igreja atual tem feito (KEENER, 1991, p. 27). Outra possibilidade é que Jesus tenha utilizado a prática comum de seus dias de construir uma cerca ao redor da lei, para impedir que alguém a quebre (KEENER, 1993, p. 59).

Nesta passagem, o ponto principal não é afirmar que o divórcio por “imoralidade sexual” (*porneia*) é permitido, mas que o divórcio por qualquer outro motivo não é permitido (HARRIS, 2005). A discussão sobre o que poderia indicar essa *porneia* (imoralidade) é muito ampla e tem consequências pastorais.³⁵

Quando fazemos a conexão desta antítese com as outras, vemos que Jesus, de fato, coloca expectativas bem altas para a vida no Reino de Deus. Isso implica que pessoas que se comprometem com os valores do Reino que Cristo ensina, às vezes sentem raiva (5.21,22) e por vezes se tornam atraídas pela lascívia (5.27,28), bem como faltam com a integridade (5.37), se vingam (5.39-41), não amam o próximo como devem (5.44); em suma, não são perfeitas como o é seu pai que está no céu (5.48). A maioria de nós concorda que esses pecados não deveriam ocorrer na vida dos seguidores de Cristo, mas infelizmente acontecem, até mais vezes do que gostaríamos de admitir. Mas, para isso, existe o perdão e as pessoas são incentivadas a se arrepender e a retomar a caminhada com Cristo. Contudo, parece que a terceira antítese é de outra dimensão, porque em alguns círculos não se admite em hipótese alguma que se perdoe

134). Mas é preciso lembrar que nem todos os estudiosos concordam com essa posição. Alguns chegam até a sugerir que a cláusula de exceção não fazia parte do manuscrito original de Mateus. Mas, Stott nos lembra que não há prova de qualquer manuscrito em que a cláusula está ausente. Talvez Mateus tenha incluído a cláusula porque seria do interesse dos judeus entender em que base o divórcio seria permitido, o que não era o interesse de leitores gentios de Marcos e Lucas. Ou, ainda, consideraram a cláusula como “matéria de fato”, razão pela qual acharam desnecessário citá-la (STOTT, 1993, p. 82).

³³ Instone-Brewer cita diversos exemplos que mostram que a cláusula de exceção era tão óbvia que qualquer judeu inteligente a acrescentaria mentalmente se ela estivesse faltando (veja tb. WARDEN, 1997, p. 148). Jesus advertiu que qualquer pessoa que “olhar com desejo para uma mulher já cometeu adultério com ela no coração” (Mt 5.28). Mentalmente, seria acrescentado “exceto se desejar sua esposa”. Esse acréscimo seria desnecessário, porque não se pode cometer adultério com a própria esposa. Além disso, ter desejo para com sua própria esposa não deve ser censurado. Outro exemplo se encontra no mesmo capítulo: “todo aquele que se irar contra seu irmão será passível de julgamento” (5.22). Diversos manuscritos incluíram “sem causa” para acrescentar a exceção, embora somente os leitores mais legalistas considerariam necessário acrescentá-la (INSTONE-BREWER, 2002, p. 153). Lehmann advoga uma origem diferente. Segundo ele, os judeus estavam inseridos no mundo haláquico, além disso o Talmude fazia diferença entre a aplicação das leis de divórcio para judeus e não-judeus, ou seja, a cláusula de exceção se aplicaria somente para os judeus e não haveria exceção alguma para os não-judeus (LEHMANN, 1960). De modo similar, Adams entende que Mateus inseriu esta cláusula “porque desejou *limitar-se* ao divórcio entre os judeus convertidos (2012, p. 96). Mas essa proposta não tem muito apoio dos estudiosos.

³⁴ Para uma discussão do termo παρεκτός (exceto), veja GUENTHER, 2002.

³⁵ Para as diferentes interpretações do termo que têm sido sugeridas, veja KEENER, 1991, p. 28-31. Para as implicações pastorais das traduções do termo em Uganda, veja CARON, 1982.

alguém que se divorciou e se casou novamente.³⁶ Há algo errado com essa abordagem. Quem nos dá o direito de classificar os pecados? É bem verdade que há pecados que trazem maiores consequências no ambiente em que vivemos, mas isso justifica a recusa em perdoar aqueles que caíram nesta área? Keener nos lembra que os ditos de Jesus precisam ser lidos como exigências e não como leis e a função social mais abrangente precisa ser levada em consideração, ou seja, Jesus está nos conclamando a uma fidelidade absoluta no casamento e em favor do casamento (KEENER, 1997b, p. 122).

Davies e Allison sustentam que o ensino de Jesus sobre o divórcio provavelmente tinha a intenção de ser mais hagádico do que haláquico, ou seja, mais descritivo que prescritivo,³⁷ — a intenção não era estabelecer uma lei, mas reafirmar o ideal antigo e desestabilizar a complacência gerada pela escola de Hillel. Mas, se isso é verdade, Mateus teria entendido erroneamente Jesus quando aparentemente acrescentou a cláusula de exceção, que parece ser mais prescritiva que descritiva? (2004, v. 1, p. 532). De certa forma, causa surpresa o fato de que Jesus, que aumenta as exigências da Lei, e ao mesmo tempo enfatiza a graça e o amor, não fala aqui de perdão e novas possibilidades (CARTER, 2000, p. 200).

1.2 Mateus 19.3-9

1.2.1 Questões introdutórias

Há grande discussão sobre o contexto em que se encontra essa passagem de Mateus. Ela se encontra em um trecho maior de 19.1—20.16.³⁸ Pao faz uma análise das propostas existentes: alguns autores sugerem que não há um tema que os une (U. LUZ), ou que se trata de uma síntese de tudo que o precedeu e de uma transição para os últimos eventos da vida de Jesus e seu ensino final acerca do ministério (ALBRIGHT; MANN), ou, ainda, aqueles que buscam um grande tema unificador da passagem utilizam uma expressão geral como “vida diária” (DAVIES; ALLISON). Warren Carter propõe que ela deva ser vista à luz das *Haustafeln* (códigos domésticos): transição (19.1,2); casamento e divórcio (19.2-12); filhos (19.13-15); riqueza (19.16-30); proprietário e empregados (20.1-16). Essa estrutura seria similar ao arranjo realizado por

³⁶ Segundo Guelich, sem dúvida essa terceira antítese (Mt 5.31,32) tem sido julgada com mais severidade do que as outras de Mateus 5. Para os ouvintes originais, banir o divórcio era tão absurdo quanto banir a ira ou a lascívia (Mt 5.21-30). Mas Jesus quer argumentar para seus seguidores que o ponto de partida não é Gênesis 3, mas Gênesis 1, ou seja, precisamos voltar para o ideal de Deus. Como cronologicamente nos encontramos depois da Queda, isso somente é possível a partir de um “novo coração”, que substituiu o “velho coração” (Ez 36.26) (GUELICH, 1982, p. 247). Na prática, ninguém terá dificuldades em perdoar alguém que deixou de arrancar o olho ou outro membro do corpo por este se tornar motivo de tropeço (Mt 5.20-30), mas o divórcio e o novo casamento parecem de outra dimensão. Ambas as proibições seriam hipérboles? Seria um modo gráfico de proibir o divórcio, a não ser nos casos em que o cônjuge já tenha quebra da aliança do modo irreparável? (KEENER, 1993, p. 59).

³⁷ A Halacá era uma interpretação e comentário sobre as leis do AT. Ela interpretava e aplicava a lei como guia prático para a conduta. Assim, ela se tornava uma interpretação jurídica e casuística da Lei. Se uma situação prática não estava coberta pela Lei, os rabinos buscavam uma solução baseada em inferências da Lei. Inicialmente oral, ela foi escrita no segundo século d.C. Para os fariseus, tinha a mesma autoridade que a lei mosaica. A Hagadá normalmente comentava sobre as narrativas históricas do AT. Ela buscava refletir sobre seu conteúdo doutrinal e ético e suas implicações, ou seja, a edificação moral e espiritual das pessoas moldando o caráter e a disposição delas. Certamente, a abordagem de Jesus é mais hagádica, ou seja, ele não está pensando meramente na observação externa da Lei. O foco de Jesus se volta para a pessoa como um todo, para o caráter e a inclinação da pessoa em vez do cumprimento literal da Lei (VERHEY, 1989, v. 1, p. 976; MYERS, 1996, p. 453, 455-456). Para mais detalhes, veja PORTON, 1992, v. 3, p. 19-10, 26-27.

³⁸ Para uma análise mais detalhada das possíveis divisões do texto, veja DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 1-3. Outra proposta se encontra em HAGNER, 1995, p. 542.

Aristóteles (PAO, 2014, p. 77-78). Davies e Allison sustentam que a concatenação dos temas, interrompidos somente pela predição da paixão de Jesus (Mt 20.17-19), lembra os códigos domésticos de Colossenses 3.18–4.1 (2004, v. 3, p. 1-2). Carter propõe que não se trata apenas de códigos domésticos, mas da estrutura do povo de Deus renovado: “todos os discípulos são filhos, não há pais (19.13-15); o discipulado é definido como seguir Jesus, não buscar riqueza ou status (19.16-30); todos os discípulos são escravos como Jesus, não há senhores (20.17-28)” (*apud* PAO, 2014, p. 78). Em outras palavras, esses ditos de Jesus mostram que os “valores tradicionais são virados de ponta cabeça: o divórcio é errado, as crianças devem ser honradas, a riqueza é um obstáculo para a virtude, a verdadeira grandeza é a prontidão de oferecer a Deus e aos outros os serviços de um escravo” (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 2).

À medida que o povo de Deus se recusa a responder ao evangelho que Jesus anuncia, eles são ameaçados de serem separados de seu companheiro de aliança, uma vez que o divórcio de fato é possível quando “essa geração perversa e má” (12.39; 16.4) é caracterizada por *porneia* (19.9). Em outras palavras, enquanto o parceiro infiel de Deus continua em rebelião, Jesus indica a natureza do povo de Deus renovado. A passagem de Mateus 19.1-12 tem papel importante como advertência ao povo que não se arrepende: se continuarem a ser infiéis a Deus, este tem o direito de cortar o relacionamento com eles. Não se trata, porém, de indiciamento, mas de um chamado para retornar a Deus (cf. Jr 4.4) (PAO, 2014, p. 79-80). Assim, dentro da estrutura de Mateus, esse texto, que trata sobre o divórcio, tem função importante. Da mesma maneira como na tradição profética, essa advertência serve como um chamado para que o povo infiel de Deus se arrependa. Não se trata apenas de discussão abstrata sobre algum detalhe da Lei, mas um indiciamento contra o parceiro infiel de Deus e um chamado para responder de maneira apropriada a Deus e a seu Messias (PAO, 2014, p. 82).

Essa é a passagem paralela de Marcos 10. As palavras também são bastante similares.³⁹ A

³⁹ Stein arrola diversos motivos pelos quais podemos ter certeza que os textos de Mateus 19 e Marcos 10 estão se referindo à mesma situação quando Jesus está falando sobre este assunto (STEIN, 1979, p. 116). Mas há diversas diferenças entre os relatos de Marcos 10 e Mateus 19:

- a. Em Marcos, os fariseus perguntam se, de fato, o divórcio é permitido; em Mateus, se o divórcio é permitido por qualquer motivo (é possível que Marcos tenha deixado de fora “por qualquer motivo”, pois isso era óbvio para seus leitores);
- b. Em Marcos, Jesus pergunta aos fariseus o que Moisés ordenou; em Mateus, porém, Jesus logo aponta para Gênesis 1—2 e não contrapõe Deuteronômio 24 à intenção original de Deus como em Marcos. Na sequência, em Marcos, Jesus fala de Gênesis 1—2 e em Mateus de Deuteronômio 24, ou seja, a ordem foi invertida;
- c. Em Marcos, Jesus afirma que Moisés “vos deu esse mandamento”; em Mateus, Moisés “vos permitiu se divorciar”;
- d. Em Marcos, o ensino sobre a indissolubilidade do casamento ocorre por causa da pergunta dos fariseus. Em Mateus, as multidões o seguem, mas não sabemos se a multidão está presente na conversa entre os fariseus e Jesus. Em Marcos, o ensino é explicado na casa aos discípulos em particular, o que não está tão claro em Mateus. Segundo Hagner (cf. Mc 10.10), o contexto é o mesmo, ou seja, esse comentário é feito somente aos discípulos (1995, p. 549);
- e. Em Mateus, Jesus apresenta a cláusula de exceção, ausente em Marcos;
- f. Ao contrário de Mateus, Marcos pressupõe que a mulher também pode tomar a iniciativa do divórcio;
- g. Enquanto Marcos termina com Jesus ensinando os discípulos em particular sobre o divórcio, Mateus responde à asserção dos discípulos: “Se é essa a condição do homem com respeito à mulher, não convém casar” (Mt 19.10) falando sobre os eunucos do Reino e a dificuldade de aceitar essas normas radicais (19.11,12). Para mais comparações, veja BOCK, 2006, p. 282-284.

A maioria dos estudiosos acredita que Mateus acrescentou a cláusula de exceção, ou seja, ela não estava presente na tradição recebida também pelos outros evangelistas. Segundo Instone-Brewer elas foram omitidas quando a questão foi resumida por causa da transmissão oral ou escrita. Era algo tão óbvio que os primeiros leitores a considerariam supérflua. Ela estaria incluída mentalmente, quer estivesse incluída no texto ou não (2002, p.

diferença é que Mateus 19.1-12 cita a cláusula de exceção que também aparece em Mateus 5.31,32. A última passagem se encontra no Sermão do Monte e trata das normas do Reino e a primeira, da santidade do casamento. O texto de Mateus 19 aborda uma polêmica com os fariseus sobre quais divórcios são válidos (CARSON, 1995, p. 412).

1.2.2 Análise do texto (Mateus 19.1-12)

Em Marcos 10, os fariseus se aproximam de Jesus para colocá-lo à prova⁴⁰ e perguntam: “É permitido ao homem divorciar-se de sua mulher?” (10.2), ao passo que em Mateus 19 eles perguntam: “É permitido⁴¹ ao homem divorciar-se de sua mulher por qualquer motivo?” (19.3).⁴² As palavras de Mateus podem ser lidas de duas maneiras: “por qualquer motivo que alguém possa alegar” (adotando a ideia de Hillel), ou “por qualquer motivo (mesmo)”. Embora a gramática seja ambígua, o contexto favorece a primeira (HAGNER, 1995, p. 547). Segundo Keener, as palavras utilizadas por Mateus estão mais próximas das palavras exatas que os fariseus utilizavam para os motivos que justificavam o divórcio, não se o divórcio em si era válido (1993, p. 161). Logo, não se trata de concordar ou não se havia permissão para o divórcio, mas se Jesus concordava ou não com a lei de Moisés. Pegar Jesus contradizendo a lei de Moisés, a autoridade mais elevada para os judeus, certamente seria explorado muito pelos líderes dos judeus, caso conseguissem levar Jesus a isso.

O fato de que eles colocam Jesus à prova precisa ser levado em conta.⁴³ Snodgrass nos lembra que Jesus não está respondendo às nossas perguntas pastorais acerca de divórcio e novo casamento nesse texto.⁴⁴ Ele também não responde à pergunta da maneira como eles gostariam. Jesus não toma partido de um dos lados da discussão, mas fala do casamento como um acordo para a vida toda. O divórcio não é o que Deus planejou e por isso é sempre contrário aos propósitos de Deus. Suas afirmações sobre o divórcio são um chamado radical para o

134).

⁴⁰ Isso também ocorre em diversas passagens em Mateus (16.1; 22.19,35) e, em cada uma delas, o evangelista usa o termo *peirazein* para se referir a uma questão que discutiam com frequência entre si (HAGNER, 1995, p. 547). Mateus também cita outras passagens em que os fariseus testam Jesus ou se opõem a ele (12.2,14,24,38; 15.1; 19.3; 22.15,34,35) (CARSON, 1995, p. 411). Blomberg afirma que o termo *πειράζοντες*, pode significar “testar” ou “tentar”, mas quase sempre tem a última conotação quando pessoas más são o sujeito. A linguagem lembra 16.1 e retoma as tentações de Jesus ilustradas de modo clássico em 4.1-11 (1990, p. 163).

⁴¹ A indagação dos fariseus: “é permitido” (*e;xestin*) já aparece em Mateus 12.2,10,12 em relação ao sábado, bem como em 14.4; 22.17 para outros motivos (HAGNER, 1995, p. 547). No contexto de Marcos, o termo *e;xestin* provavelmente significa “é lícito” ou “é permitido pela Lei”, ao passo que em Mateus 19.3 significa “é permitido por você”. Os fariseus querem saber como Jesus interpreta Deuteronômio 24.1. Como tanto para a escola de Hillel, quanto para a de Shammai o divórcio é permitido pela Lei, embora discordem sobre qual seria uma causa justa para a separação, eles querem saber se Jesus concorda com a posição predominante de Hillel (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 9).

⁴² As expressões “por qualquer motivo” e “a não ser por causa de infidelidade” encapsulavam as discussões entre as escolas de Hillel e Shammai como interpretação de Deuteronômio 24.1 e eram bem conhecidas da população como um todo (INSTONE-BREWER, 2002, p. 134-135).

⁴³ Blomberg lembra que “o contexto histórico específico que norteia esse debate [entre os fariseus e Jesus], a maneira como a pergunta é feita e os motivos inescrupulosos da abordagem dos fariseus deixam claro que Jesus não estava tratando de modo detalhado de todas as questões relevantes sobre divórcio e novo casamento” (apud HETH, 2016, p. 15). Em virtude disso, é bem provável que não devamos tratar as palavras de Jesus como linguagem objetiva ou uma jurisprudência que visa fornecer um preceito legal (HETH, 2016, p. 15) para lidar com todos os casos de divórcio e novo casamento.

⁴⁴ Veja que o tratamento dado por Jesus à mulher samaritana (Jo 4.16-18) é bem diferente do que a maneira como Jesus lida com o divórcio nesse texto, quando indagado por seus opositores (SNODGRASS, 2016, p. 7).

discipulado, assim como o restante de seus ensinamentos (2016, p. 7).⁴⁵

Fica claro que Jesus não está defendendo o divórcio. Deus criou homem e mulher para que ambos se unam em casamento.⁴⁶ Assim, eles não são mais dois, mas um só, porque Deus os uniu de acordo com a estrutura que ele mesmo estabeleceu na criação. Assim, o divórcio não é somente algo desnatural, mas rebelião contra Deus (CARSON, 1995, p. 412), contra o plano dele para com o ser humano. Por isso, em vez de entrar na discussão dos motivos justificados para o divórcio, Jesus une Gênesis 1 e 2 para falar do propósito original da criação.⁴⁷ Quando Jesus faz menção a Gênesis 1—2, está usando o princípio de “quanto mais original, mais forte o argumento” (CARSON, 1995, p. 412). Unindo Gênesis 1 e 2, Jesus enfatiza que a sexualidade humana é criação divina e que o casamento é instituição divina.⁴⁸ Deus é o autor de ambos os textos. Deus uniu pessoas (debaixo do jugo), e as pessoas não devem destruir essa união (STOTT, 1993, p. 79). Em outras palavras, antes da entrada do pecado no mundo o divórcio era inconcebível (CARSON, 1982, p. 45). O apelo que Jesus faz a Gênesis mostra que os líderes estavam usando textos-prova para testá-lo por meio das Escrituras e não lendo a questão do divórcio à luz de toda a revelação divina (KEENER, 1999, p. 465).

A discussão sobre o significado de *erwat dabar* (alguma coisa vergonhosa), de Deuteronômio 24, é muito intensa. Os estudiosos do AT não conseguem chegar a uma conclusão sobre o significado da expressão. Carson acredita que não poderia se referir ao adultério, pois este seria castigado com a morte.⁴⁹ Ele também argumenta que não poderia se

⁴⁵ A proibição absoluta de divórcio e novo casamento presente nas passagens de Marcos e Lucas pode ser explicada com base na maneira como a pergunta foi formulada a Jesus. Tendo em vista que Jesus precisa responder a um grupo hostil, se Jesus quisesse enfatizar uma única verdade, seria compreensível que omitisse qualquer ressalva em relação ao princípio ensinado (HETH, 2016, p. 15). Isso explicaria o motivo pelo qual Marcos e Lucas não apresentam a cláusula de exceção apresentada por Mateus.

⁴⁶ O texto mostra que “o Criador os fez homem e mulher” (Mt 19.4). Eles foram criados macho e fêmea à imagem de Deus para se complementarem — o casamento faz parte da proposta divina. Mas isso não quer dizer que uma pessoa sozinha não foi feita à imagem de Deus. “A *imago* é relacional, mas de modo nenhum requer que uma pessoa esteja vinculada ao sexo oposto de alguma forma, para refletir a plenitude da imagem de Deus” (BLOMBERG, 2014, p. 73). Ao mesmo tempo, um jovem não casado, de acordo com os ensinamentos dos rabinos, era apenas uma pessoa pela metade (LAPIDE, 1990, p. 60), mostrando a ênfase dada para o casamento e a ordem de encher a terra.

⁴⁷ Jesus une Gênesis 1.27 e 2.24 e tira uma única conclusão de ambos. A ação de Deus de 1.27 é inferida em 2.24, portanto é Deus quem os uniu. Esse tipo de exegese era comum no primeiro século e normalmente não vinha acompanhado de explicação adicional na literatura rabínica ou nos Targums (INSTONE-BREWSTER, 2002, p. 137).

⁴⁸ Deus os criou dessa maneira, “por isso” o homem deixa pai e mãe e se casa (Mt 19.5). Eles se tornam uma só carne, o que não denota somente a “união física que ocorre depois do casamento, nem os filhos concebidos no casamento, nem mesmo o relacionamento espiritual e emocional em que estão envolvidos, embora todos estejam incluídos [...] Antes, a expressão afirma que da mesma forma que as relações de sangue são nossa carne e osso [...] assim o casamento cria uma relação de parentesco similar entre marido e esposa” (WENHAM, 1987, p. 7; DÜCK, 2017a, p. 16). Quando Adão se une a Eva, eles testemunham da estrutura criada por Deus para a humanidade (CARSON, 1995, p. 412).

⁴⁹ McKeating, no entanto, questiona se de fato a pena de morte era praticada em caso de adultério. Ele argumenta que diversas leis e escritos sapienciais falam sobre essa falta grave, mas não há registro algum de uma pessoa que foi executada por esse motivo. Ele também argumenta que o fato de que não há registro não significa que a pena de morte não foi aplicada nessas situações, apenas que precisamos ter cautela e não confundir as leis escritas de uma nação com a prática efetiva delas (MCKEATING, 1979). Parece até que, em teoria, os adúlteros deveriam ser punidos com a morte, mas na prática outros procedimentos eram adotados com frequência (cf. Pv 6.33-35; Os 2.3,10; Ez 16.37-39; 23.29); o que também pode ser visto na atitude tomada por José, quando pensou que Maria tinha adulterado (Mt 1.19) (STEIN, 1992, p. 195). Isso complica ainda mais a análise dos textos, visto que a discussão pode ser feita com base no que a Lei afirma (como fica evidente na polêmica levantada pelos fariseus), mas, se a prática for diferente, isso certamente influencia a pergunta, resposta e o pensamento das pessoas envolvidas no debate. Fica ainda mais complexo para nós que estamos afastados do

referir à suspeita de adultério, pois nesse caso se aplicaria o rito da água amarga (Nm 5.5-31). Mas, como não fica claro que a pena de morte era imposta na época em casos como este, provavelmente se referia a qualquer comportamento imoral e lascivo, às vezes incluindo, mas não se restringindo, ao adultério, por exemplo, lesbianismo ou conduta sexual inapropriada que não levasse à união sexual propriamente dita (CARSON, 1995, p. 413).

Jesus chama a atenção dos fariseus para a vontade perfeita de Deus expressa em Gênesis. Deus queria a união permanente de duas pessoas [um relacionamento de cuidado e proteção (GARDNER, 1991, p. 289)],⁵⁰ mas fez uma concessão, em Deuteronômio 24, por causa da “dureza de coração” das pessoas. Também mostra que Deus está interessado no ser humano, mesmo depois que este pecou. Embora existam textos que falem do divórcio como algo que acontece com relativa frequência (Lv 21.7, 14; 22.13; Nm 30.9; Dt 22.29; Ed 10; Ne 13), há também a constatação de que nem tudo está bem com o divórcio (Lv 18.18[?]; Dt 24.4; Ml 2.16). Além disso, Levítico 21.7 e Ezequiel 44.22 proíbem os sacerdotes de se casar com divorciadas, o que implica que o divórcio é contrário à santidade (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 15). O AT permite, mas não ordena o divórcio. A única ordem que diz respeito ao divórcio está baseada em Deuteronômio 24.1-4, em que a mulher que se divorciou pela segunda vez (ou caso seu segundo marido tenha falecido) não pode retornar para o primeiro marido.

Deus concedeu a possibilidade do divórcio para causa da “dureza de coração” das pessoas. Instone-Brewer acredita que é possível que *sklhrokardian* (“dureza de coração”) seja uma alusão ao AT, uma vez que a palavra parece ter sido cunhada pela LXX (ela ocorre no texto canônico apenas em Dt 10.16 e Jr 4.4 e não aparece em passagem alguma da literatura grega antes do NT).⁵¹ Poderia ser uma alusão a Salmos 95.8, que menciona a teimosia de Israel no deserto. Mas falta a conexão dessa passagem com o divórcio. É bem mais provável que se refira a Jeremias 4.4 (LXX), em que há uma ligação forte com o divórcio e especificamente a Deuteronômio 24.1: “Circuncidai-vos ao SENHOR e circuncidai o coração” (Jr 4.4). Essa exortação ocorre depois do apelo para que Judá preste atenção à advertência do que ocorreu com Israel, como esposa divorciada por Yahweh (Jr 3). Esse capítulo inicia com a única alusão clara a Deuteronômio 24.1-4 no AT: “Se um homem rejeitar sua mulher, e ela se separar dele e se ajuntar a outro homem, por acaso ele voltará para ela? Aquela terra não ficaria inteiramente contaminada? Tu te prostituíste com muitos amantes, mas, ainda assim, volta para mim, diz o SENHOR” (Jr 3.1). Na sequência, Jeremias descreve que Israel foi divorciada por causa de seus adultérios e de sua recusa teimosa em se arrepender:

“tens o semblante de uma prostituta⁵² e não sentes vergonha” (Jr 3.3);
 “Apenas reconhece que foste rebelde contra o SENHOR, teu Deus, e que te prostituíste com deuses estrangeiros debaixo de toda árvore frondosa e não

contexto original por muitos séculos e vivendo em uma cultura diferente, entender o que exatamente estava na mente das pessoas que faziam as perguntas e como equacionar as respostas diante desse quadro.

⁵⁰ France chama a atenção para o fato de que Mateus usa a palavra *kolláw* (*kollao*), que indica que as pessoas unidas pelo casamento são coladas ou soldadas (2005, p. 714). Eles se tornam uma só carne, uma união que deve ser indissolúvel. Contudo, quando ocorre o adultério, “não existe mais ‘uma só carne’”, o que torna o divórcio legítimo (LLOYD-JONES, 1989, p. 242), mas não obrigatório.

⁵¹ Fora do texto canônico, o termo aparece somente em Eclesiástico 16.10. Outros termos relacionados incluem *σκληροκάριος* (Pv 17.20; Ez 3.7) e *σκληροτράχηλος* (Êx 33.3,5; 34.9; Dt 9.6,13; Pv 29.1 [cf. Eo 16.11; Br 2.30]) (PAO, 2014, p. 71, nota 34). Para mais detalhes, veja BERGER, 1970.

⁵² O texto é parecido com Ezequiel 3.7: “porque toda a casa de Israel é obstinada e rebelde”. Na LXX consta: *pa/j o' oi=koi Israhil filo,neikoi eivsin kai. sklhroka,rdioi*, “toda a cada de Israel é teimosa e dura de coração” (INSTONE-BREWER, 2002, p. 145).

deste ouvidos à minha voz, diz o SENHOR” (Jr 3.13);
“Não mais andarão conforme a teimosia do seu coração maligno” (Jr 3.17);
“Mas, assim como a mulher que trai o marido, tu me tens traído, ó casa de Israel, diz o SENHOR” (Jr 3.20).

Se essa conexão com o AT estiver correta, Jesus estaria fazendo alusão ao cônjuge infiel que se recusa a se arrepender por causa de sua teimosia (INSTONE-BREWER, 2002, p. 145-146). Os paralelos temáticos e linguísticos parecem indicar essa conexão: “Ela viu que, por causa de tudo isso, porque a rebelde Israel cometeu adultério [ἐμοιχᾶτο], eu a mandei embora e lhe dei sua carta de divórcio. Porém sua irmã, a infiel Judá, não temeu e também se entregou à prostituição [ἐπόρνυσεν]. E pela leviandade da sua prostituição [πορνεία] contaminou a terra, porque adulterou [ἐμοίχευσεν] com ídolos de pedra e de madeira” (Jr 3.8,9).⁵³ O texto usa tanto *porneia* quanto *moicheia* de modo intercambiável, o que se encaixa bem com Mateus 19.9. A seção termina com a exortação para que o coração seja circuncidado (Jr 4.4), usando a mesma palavra (σκληροκαρδία) que aparece em Mateus 19.8. A descrição do relacionamento marido-esposa é comparada ao relacionamento Deus-Israel; o cônjuge de Deus é infiel e não se arrepende (PAO, 2014, p. 73-74).⁵⁴

Os fariseus aparentam ter encurralado Jesus, uma vez que Deuteronômio é interpretado como autorizando o divórcio. Uma vez que seu intuito é colocar Jesus à prova, perguntam: “por que Moisés mandou dar-lhe documento de divórcio⁵⁵ e mandá-la embora?” (19.7). Com isso, estão como que afirmando: “Se Moisés ordenou dessa maneira, quem é você para nos proibir de divorciar nossa esposa?” (GARDNER, 1991, p. 289). Jesus os corrige, dizendo que Moisés “permitiu” o divórcio. Parece que Deus permitiu o “mal menor”, em algumas circunstâncias. É como se Deus reagisse às circunstâncias de pecado na vida das pessoas e buscasse uma alternativa (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 14-15).⁵⁶ Mas essa não era a intenção original de Deus, portanto Deuteronômio 24 não era normativo, antes uma concessão secundária e temporária, permitida por causa da dureza de coração das pessoas, ou seja, por causa de sua pecaminosidade (HAGNER, 1995, p. 548; KEENER, 1999, p. 465; STOTT, 1990, p. 292),⁵⁷ ou

⁵³ O texto da A21 não está muito claro no v. 8. A Nova Almeida Atualizada é mais clara: “Quando, por causa de tudo isso, por ter ela cometido adultério, eu despedi a rebelde Israel e lhe dei carta de divórcio, vi que a irmã dela, a traiçoeira Judá, não ficou com medo, mas também ela foi e se entregou à prostituição”.

⁵⁴ Para reforçar a compreensão do povo de Deus que não se arrepende em termos conjugais, Pao faz menção à expressão *πονηρὰ καὶ μοιχαλὶς* “geração má e adúltera” (no NT somente em Mt 12.29; 16.4). Assim como o termo *sklhrōka,rdia* em 19.9, essa expressão também é aplicada por Jesus aos fariseus e seus companheiros. Na LXX, a expressão aparece somente em Oseias 3.1, num contexto similar a Jeremias 3.1-4.4, em que Israel é descrito mais uma vez como infiel a seu companheiro da aliança. A utilização das mesmas palavras e na mesma sequência indicam que Mateus não as tirou simplesmente de Marcos (que utiliza outra ordem). Mateus faz três citações de Oseias (Mt 2.15; 9.13; 12.7), o que indica o interesse do apóstolo nesse profeta. Como em Jeremias 3-4, a discussão em Oseias sobre o povo dominado por um “espírito de *porneia*” é construída sobre Deuteronômio 24.1-4. Assim, não surpreende que Mateus tenha usado temas e passagens dos textos do AT citados acima (PAO, 2014, p. 74-75).

⁵⁵ O documento ou certificado de divórcio era um documento legal que atestava o motivo da separação e dava à mulher divorciada o direito a um novo casamento. É importante lembrar que a mulher divorciada não poderia retornar ao primeiro marido depois de ter se casado com outro homem (Dt 24.4) (HAGNER, 1995, p. 548).

⁵⁶ Segundo Wilkins, Moisés instituiu a regulamentação em relação ao divórcio (Dt 24.1-4) por diversos motivos:

- Proteger a santidade do casamento de algo ‘indecente’ (“alguma coisa vergonhosa”), que maculasse o relacionamento;
- Proteger a esposa do marido, que poderia mandá-la embora sem causa alguma;
- Atestar a condição da mulher como legitimamente divorciada, de modo que não fosse considerada uma prostituta, ou adúltera que havia fugido (2002, p. 118).

⁵⁷ Jesus mostra que “as concessões feitas no período da lei mosaica, por causa da dureza do coração humano, não

“teimosia”, que, segundo Instone-Brewer, seria uma tradução mais adequada (2002, p. 144).⁵⁸ Com isso, Jesus deixa claro que a nova era do reino de Deus, que se faz presente agora na terra, implica um retorno ao modelo ideal pré-Queda,⁵⁹ ou seja, os princípios do Sermão do Monte devem governar as relações entre as pessoas e não há provisão ou concessão para a fraqueza da carne (HAGNER, 1995, p. 549), como ocorreu no AT. É interessante que os fariseus perguntam acerca do divórcio e Jesus responde sobre a permanência do casamento. Os fariseus erraram em sua interpretação das Escrituras porque não fizeram a distinção entre a “ordem divina” (estabelecida na criação) e a “concessão divina” (por causa do pecado) (STOTT, 1990, p. 292-293). A conduta humana que não atinge o mandamento absoluto de Deus é pecado e está debaixo do juízo divino. As provisões que a misericórdia de Deus designou para limitar as consequências do pecado não devem ser interpretadas como aprovação divina para o pecado (CRANFIELD, 1959, p. 319-320).⁶⁰

Em Mateus 19.9, encontramos problemas sérios com o texto. Temos diversas variantes textuais, o que mostra que os problemas com esta passagem não são recentes. “Mas eu vos digo que aquele que se divorciar de sua mulher, a não ser por causa de infidelidade, e se casar com outra, comete adultério (e quem casar com a divorciada comete adultério)”. A parte entre parêntesis é encontrada em alguns manuscritos, mas provavelmente foi assimilada de Mateus 5.32 (METZGER, 1994, p. 38-39; HAGNER, 1995, p. 545).⁶¹ No entanto, não há dúvida de que a cláusula de exceção faz parte do texto original de Mateus (CARSON, 1995, p. 413).⁶²

É necessário esclarecer o significado de algumas palavras-chaves vitais para a interpretação do texto. Não há consenso sobre o que vem a ser *porneia*. Alguns sustentam que:

- a) se trata de infidelidade sexual no casamento, e assim daria permissão ao divórcio e ao novo casamento, neste caso;
- b) se trata de casamentos ilegais, como o incesto, definidos no AT (Lv 18.6-18; 20.17; Dt 27.22).⁶³ Isso seria necessário porque muitos gentios ingressaram na igreja nesta situação. Mas esta posição é pouco provável, porque os judeus não considerariam esta situação um casamento válido e exigiriam o divórcio neste

anulam as intenções iniciais de Deus para o casamento e não podem mais servir de justificativa para o divórcio (Mt 19.7,9). A era do NT dá início ao processo de restauração dos propósitos originais de Deus na Criação” (BLOMBERG, 2014, p. 75).

⁵⁸ Veja a discussão convincente para esse ponto de vista em INSTONE-BREWER, 2002, p. 144-146.

⁵⁹ Diversas especulações judaicas a respeito do reino futuro o viam como um tipo de recapitulação do início, ou seja, vendo a *Endzeit* [época final] como a *Urzeit* [época inicial] (KEENER, 1999, p. 464).

⁶⁰ É interessante observar que a pergunta dos fariseus tinha como foco saber o que era permitido e o que não era permitido fazer no que diz respeito ao divórcio (sem mencionar a possível tentativa de incriminar Jesus). Essa perspectiva também domina a maior parte dos estudos atuais relacionados ao divórcio. Não se busca a intenção original de Deus para o casamento. As pessoas querem saber quando o divórcio é justificado para poderem ter uma consciência tranquila de que estão de acordo com as Escrituras. Mas o divórcio nunca é ordenado nem uma opção neutra, antes evidência da presença do pecado, da dureza do coração humano (CARSON, 1995, p. 413). Isso não nega que o divórcio possa ser a alternativa menos ruim, mas certamente o ensino sobre o divórcio precisa ter um foco diferente.

⁶¹ Há diversas variantes textuais também em outras partes do versículo, mas, como não são relevantes para a discussão do tema em questão, não foram contempladas. Para mais detalhes, veja METZGER, 1994, p. 38-39; HAGNER, 1995, p. 545; DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 16-17.

⁶² Para uma discussão das variantes textuais e uma proposta de harmonização dos textos relacionados ao divórcio nos Sinóticos, veja HOLMES 1990; MURRAY 1947a, 185-188; 1947b, 16-20.

⁶³ De fato, *πορνεία* pode ter esse significado, como pode ser visto no texto de Qumran CD 4.20—5.10 em que *זנות* (termo traduzido pela LXX como *πορνεία*) é aplicado a casamentos proibidos por causa do parentesco (NOLLAND, 1995, p. 22).

caso;

- c) a infidelidade no noivado (Dt 22.10,21).⁶⁴ Os proponentes desta última posição sustentam que, em Marcos/Lucas, Jesus ensina sobre o casamento consumado (logo, sem a possibilidade de divórcio), ao passo que Mateus enfatizaria que não há divórcio uma vez que o casamento tenha sido consumado (KÖSTENBERGER; JONES, 2010, p. 279-280). Mas é pouco provável que *porneia* se refira a esta situação.⁶⁵

Em Mateus 5.32 e 19.9, temos o termo *porneia* como cláusula de exceção, que permite o divórcio. BAGD a define como infidelidade sexual de uma mulher casada (1979, p. 693). Tem havido muitas tentativas de definir o significado desta palavra como incesto, adultério, prostituição e fornicação nesta passagem. O que parece ser consenso parcial é que se refere a uma gama grande de pecados sexuais. Todas as passagens dos Evangelhos que falam sobre o novo casamento depois do divórcio utilizam o termo *moicheia* e não *porneia*. *Moicheia* significa cometer adultério (BAGD, 1979, p. 526).⁶⁶ Segundo Stein, há uma distinção entre *porneia* e *moicheia*, que é de especificidade.⁶⁷ *Moicheia* é um termo específico e significa

⁶⁴ Os costumes da época ajudam a explicar a alegação. No antigo Oriente Próximo, um jovem pede a mão da moça para o pai dela. Havendo concordância, o noivado é estabelecido e durava geralmente um ano. Durante esse tempo, o casal era considerado moral e legalmente casado, mas não havia consumado o casamento (JONES, 2008, p. 74). O termo hebraico para o noivado é *kiddushin*, derivado da raiz *kadosh*, santo, separado, fora do âmbito de todos os outros. A moça é separada para seu marido e somente para ele. Não se trata de mero compromisso social, é um procedimento haláquico. A transferência de um valor monetário, embora pequeno, simboliza essa “separação” (GREENBERG, 1985, p. 8). Esse tempo de espera permitia ao casal se conhecer melhor, especialmente numa cultura de casamentos arranjados e também ajudar a família a preparar a cerimônia. Mas talvez a razão principal para o tempo de espera seria confirmar a castidade da noiva, um indicador de que ela estava comprometida com o casamento em vias de ocorrer. Em Israel, a infidelidade durante esse período era motivo para a quebra do relacionamento, embora isso implicasse anulação do casamento e não o divórcio. Um divórcio nessas circunstâncias atestava que nunca de fato houvera um casamento verdadeiro (JONES, 2008, p. 75-76).

⁶⁵ Argumentos contra a posição de que *porneia* se trata da infidelidade no noivado:

- a. É muito pouco provável que a discussão em Deuterônimo 24 se restrinja ao noivado. Quase certamente a passagem também se refere a casamento, divórcio e novo casamento;
- b. Não há indicação alguma, em Mateus 19, que restrinja a palavra *porneia* a infidelidade no noivado. Ela pode incluir o noivado, mas não se limitar a ela;
- c. O termo *porneia* é mais amplo do que a infidelidade no noivado. A alegação da diferença entre *moicheia* e *porneia* não é conclusiva. *Porneia* é o termo mais amplo, que inclui *moicheia*, mas não se limita a ele. A expressão “alguma coisa vergonhosa”, que é muito ampla em Deuterônimo 24.1, provavelmente levou a um significado amplo em Mateus 19 [veja tb. JONES, 2008; contra BRUG, 2008];
- d. A ligação às vezes feita entre Mateus 1.18-25 (que descreve a intenção de José abandonar secretamente Maria) e Mateus 19.3-12 (o texto sobre o divórcio) [veja tb. ALLISON, 199]. O cap. 19 não se refere ao cap. 1 e Mateus 19 está situado num contexto de disputa entre Jesus e os fariseus, ou seja, não se refere a uma situação específica de José, mas a um contexto bem mais amplo, em que o divórcio é permitido;
- e. A alegação de que Marcos/Lucas apresentam o ensino completo de Jesus sobre o divórcio, baseada no fato de que os rabinos abreviavam os ensinamentos para que pudessem ser lembrados mais facilmente, não se sustenta. É muito mais provável que Jesus deixou de elaborar sobre elementos que já eram tidos como óbvios;
- f. O silêncio de Jesus em Marcos/Lucas/Paulo sobre a cláusula de exceção se deve provavelmente a motivos e contextos diferentes que deram origem aos respectivos livros;
- g. É provável que os fariseus levantaram a questão sobre o divórcio a Jesus porque João Batista tinha sido recentemente morto por criticar o casamento de Herodes com Herodias, isso vai contra a visão de infidelidade no período de noivado (KÖSTENBERGER; JONES, 2010, p. 281-282).

⁶⁶ Veja a discussão em KEENER, 1999, p. 467-469.

⁶⁷ Em Mateus 15.19, *moicheia* e *porneia* de fato são distinguidos, o que, segundo alguns, implicaria que em Mateus 19.9 eles também deveriam ser. Logo, em 19.9 *porneia* não pode significar, nem incluir adultério, pois, se este fosse o caso, teria sido usado *moicheia* e não *porneia*. Como defesa de sua posição, citam João 8.41: “Não somos filhos de prostituição” (*porneia*), em que parece que se refere à prostituição durante o tempo do noivado. Logo,

adultério; *porneia* é um termo mais inclusivo e significa qualquer ação sexual ilícita. Esses termos não são sinônimos, mas *porneia* inclui *moicheia*. Em outras palavras, o adultério é uma subespécie da “imoralidade sexual” que, a não ser que seja ressaltada se refere à imoralidade sexual de modo geral. Já que, em Mateus 5.32 e 19.9, o termo *porneia* (imoralidade sexual) não é ressaltado ele não pode se limitar a incesto, infidelidade sexual no período do noivado ou mesmo adultério (STEIN, 1992, p. 195).

De qualquer maneira, o adultério é visto como algo extremamente sério, que parece quebrar o vínculo entre o casal, de modo que o certificado de divórcio, neste caso, só confirma o que já ocorreu (LAPIDE, 1990, p. 60). Quando uma terceira pessoa (ou talvez uma quarta...) é introduzida na relação do casal, o cônjuge é rebaixado à condição de objeto. O que havia sido constituído como uma aliança entre duas pessoas de mesmo valor (‘eu-tu’), agora é transformado em uma relação ‘eu-coisa’, uma desumanização da relação pessoal mais sagrada criada por Deus (LAPIDE, 1990, p. 61). Em Israel, cada casamento é considerado santo. É Deus quem une o casal. Deus é o incansável casamenteiro, pois cada relacionamento matrimonial bem-sucedido representa um milagre de Deus, maior do que a abertura do Mar para a passagem do povo (Pesikta Ilb) (LAPIDE, 1990, p. 61). Por esse motivo, o adultério não é corriqueiro, mas algo que vai contra a natureza de Deus, contra aquele que instituiu o casamento e por isso tratado com seriedade, o que fica claro na recusa por parte de José da investida da mulher de Potifar contra ele: “Como poderia eu cometer este grande mal e pecar contra Deus?” (Gn 39.9).

A palavra *avpolu,w* (*apolyo*) também aparece em todas as passagens com o significado de divórcio ou “mandar embora” (despedir) (BAGD, 1979, p. 96). A pergunta que precisa ser feita é o que as pessoas entendiam por este termo. Elas entendiam que tinham o direito ao novo casamento? Isso estava implícito no significado da palavra? Mateus 5.32 indica que sim, já que o divórcio tornaria a mulher adúltera. Isso só aconteceria se ela se casasse novamente. Se Jesus quisesse indicar um significado diferente do divórcio, impedindo a pessoa de um novo casamento, teria deixado isso mais claro para seus ouvintes (STEIN, 1992, p. 196).⁶⁸

Aprofundando algumas questões textuais da cláusula de exceção (mh. *evpi. pornei,a|*), vemos que Blomberg entende que mh. *evpi* [não por causa (Mt 19.9)] é uma elipse natural para *eiv/e,avn mh. evpi* [se não por causa] e deveria ser considerada a cláusula de exceção” (1990, p. 175).⁶⁹ Contra, Hagner nos dá algumas razões porque acredita que esta não é uma cláusula de exceção:

- a) ela suaviza ou enfraquece a ética do Reino;
- b) ela está em tensão com o absolutismo do v. 6 [não separar o que Deus uniu];
- c) ela enfraquece o argumento dos v. 7,8 [Moisés permitindo o divórcio por causa da dureza dos corações];

se o significado nessa passagem poderia ser prostituição no texto de João, também o poderia ser no caso de Mateus, ou seja, referindo-se ao noivado. Mateus teria incluído a exceção para defender José, que pretendia abandonar Maria por causa da suposta infidelidade durante o noivado. A passagem de João mostra, de fato, que *porneia* pode se referir à infidelidade sexual antes do casamento, mas restringir o significado do termo a isso, e fazer uma conexão não muito natural com Mateus 1.18-25, parece um pouco forçado (KÖSTENBERGER; JONES, 2010, p. 279-282).

⁶⁸ Mas, se isso está tão claro nas implicações do texto, conforme o entendimento da época, precisamos nos perguntar por que a igreja primitiva fazia distinção entre o direito da pessoa se divorciar, mas não de casar novamente. A discussão desta questão não é contemplada neste artigo.

⁶⁹ Para uma discussão sobre μή ἐπί como “a não ser por” e não “exceto por”, veja GUENTHER, 2002; KULIKOVSKY, 2005.

- d) ela faz com que as afirmações dos v. 10-12 sejam menos apropriadas do que se tivéssemos uma proibição absoluta [a conclusão dos discípulos de que, neste caso, não seria bom casar e a resposta de Jesus que isso não é para todos] (1995, p. 549).

Cornes sustenta que a cláusula de exceção de Mateus 19.9 é um complemento e não deveria ser vista como regra, já que o foco da passagem não está na cláusula de exceção (1993, p. 236). Ele até admite a possibilidade de que Jesus permite o novo casamento nessas circunstâncias, mas acha isso muito improvável por causa da reação dos discípulos ao que ele falou em 19.10-12, além de que teria mudado as prescrições de Shammai (Idem). Por outro lado, Jesus vai contra Shammai. Embora oficialmente insistia que o divórcio somente era válido em caso de adultério, na prática, segundo a Mishnah Eduyoth, essa escola permitia o novo casamento quando o divórcio não estava de acordo com a sua *Halacá* (regras de conduta) (CARSON, 1995, p. 411), ou então aceitava o divórcio que era realizado com base nas prescrições da escola de Hillel (INSTONE-BREWER, 2002, p. 166-167). Jesus não permite isso e limita as pessoas que têm permissão para um novo casamento, distanciando-se nesse ponto da escola de Shammai (CARSON, 1995, p. 411, 419).

Quando Jesus restringe o divórcio à infidelidade da esposa e afirma que um novo casamento depois de um divórcio inválido é adultério, os discípulos reagem.⁷⁰ A reação dos discípulos é forte, uma vez que entenderam o ensino de Jesus:⁷¹ “Se é essa a condição do homem com respeito à mulher, não convém casar” (Mt 19.10).⁷² Mas Carson nos alerta para não exagerar no que aparenta ser uma reação muito acentuada dos discípulos. Não é dito ali que eles ficaram atônitos (*evxeph,ssonto*, como no v. 25). Embora Jesus não proíba todo divórcio e novo casamento, chegou próximo da escola de Shammai no que diz respeito às exceções, contudo toma uma posição mais conservadora que Shammai sobre quem pode contrair um novo casamento. Uma vez que para a maioria dos judeus o casamento era obrigatório, essas limitações deixam o matrimônio menos atraente.⁷³ Jesus não pensa no casamento como a sociedade atual, um relacionamento baseado em direitos, pois isso estaria muito longe da proposta de Deus na criação (CARSON, 1995, p. 419). Além disso, a escola de Shammai, bem como o judaísmo de modo geral, exigia o divórcio por “alguma coisa vergonhosa”⁷⁴, ao passo que Jesus o permite; a restauração permanece o ideal e é o foco do ensino de Jesus. Ademais, Jesus tem uma abordagem igualitária, no sentido de que tanto o marido, quanto a esposa podem cometer o adultério contra seu cônjuge. Essa igualdade não existia na escola de Shammai (BLOMBERG, 1990, p. 178).

⁷⁰ Stein argumenta que Mateus 19.10-12 não é uma interpretação da passagem anterior, antes foi colocada lá porque o texto do Evangelho foi ordenado por tópicos (STEIN, 1992, p. 197). Mas isso não convence, já que se encaixa muito bem com os versículos anteriores.

⁷¹ Não é incomum ver os discípulos deixando de entender o que Jesus está ensinando: eles repreendem as pessoas que trazem crianças para que Jesus impusesse as mãos e orasse por elas (Mt 19.13), e no parágrafo seguinte perguntam: “Quem, então, pode ser salvo?” (19.25), em resposta ao preço que Jesus impõe ao jovem rico para segui-lo. Jesus está enfatizando a monogamia e não exaltando o celibato. Mas visto que os discípulos sustentam uma visão de casamento parecida com a que aparece em Eclesiástico 25.16-26, e imaginando que o compromisso vitalício com uma só mulher seria mais difícil do que não casar, adotam a conclusão tomada por diversos essênios e filósofos gregos e romanos: é melhor não casar (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 19). O texto apócrifo descreve a mulher má, concluindo com “Se ela não obedece ao dedo e ao olho, separa-te dela” (Eo 25.26). Se atenderem ao ensino de Jesus, terão que adotar uma postura diferente.

⁷² Para uma discussão prolongada sobre a origem das palavras de Jesus e a que se referem, veja MOLONEY, 1979.

⁷³ Veja tb. BOCK, 2006, p. 274.

⁷⁴ Baseado na Mishnah Sotá 5.1.

Jesus responde aos discípulos que nem todos conseguirão aceitar (*cwrou/sin*) as normas severas do Reino, a saber, viver sem se casar se o divórcio ocorreu por outro motivo além do adultério. Segundo Schmidt, *cwrou/sin* significa receber ou aceitar o ensino de Jesus [as normas do Reino]. Isso vai “além do mero entendimento, e [...] indica a capacidade de receber o ensinamento e agir à altura” (1989, v. 3, p. 562). Logo em seguida, Jesus afirma que para alguns essa condição de celibato é concedida (Mt 19.11), ou seja, não é para todos. Precisa de uma graça especial de Deus. Segundo France, Jesus pode estar se referindo

- a) Ao que acabou de falar, sua posição radical sobre o divórcio (v. 6), ou que o divórcio seguido de novo casamento constitui adultério (v. 9);
- b) Ao conceito ou princípio mais amplo, o assunto de toda a resposta dada aos fariseus e que subjaz todo esse pronunciamento, ou seja, que a união matrimonial é indissolúvel e esta era a intenção de Deus para o casamento;
- c) Ao comentário feito pelos discípulos. Jesus leva a sério o comentário (talvez irônico) dos discípulos, afirmando que o celibato é uma opção (FRANCE, 2007, p. 723).

De modo geral, não faz muita diferença se optarmos pela opção “a” ou “b” a que Jesus se refere, porque o resultado é bem parecido: nem todos conseguem manter o padrão elevado de Deus para o casamento, além de que em alguns casos o divórcio é permitido. France opta pela opção “c”, porque isso se encaixa melhor com o pensamento da passagem. Não faria sentido Jesus afirmar que o seu ensino radical (v. 4-9) não é praticável, além do que o v. 11 parece dar continuidade ao tema do celibato. O casamento continua sendo a norma, mas o celibato é uma opção e o próprio Jesus seria exemplo disso (FRANCE, 2007, p. 723).⁷⁵ Raramente, no entanto, se olha para as palavras de Jesus do outro ângulo: “Alguns não têm o ‘dom’ do casamento e são chamados ao celibato” (FRANCE, 2015, p. 1397). Geralmente se considera que alguns não têm o dom de celibato e por isso são chamados ao casamento, mas o oposto também é verdadeiro. Contudo, era incomum haver uma pessoa solteira na sociedade judaica. Aqui, Jesus enfatiza que o celibato é voluntário, algo que também precisa valer para o casamento. “Mas o casamento com todas as suas exigências, continua a ser a intenção divina para *aqueles a que é dado*” (Idem).

Em seguida, Jesus menciona três tipos de eunucos, dando continuidade ao que vinha dizendo sobre o celibato:

- a) De nascença. Refere-se a alguém fisiologicamente incapaz de procriar;
- b) Por interferência humana. Há ocasiões em que homens eram castrados para serem servos de uma mulher casada ou atendentes de um harém, uma prática conhecida no mundo antigo, mas não aprovada no AT (Is 56.3-5; cf. Dt 23.1); situações específicas estão associadas invariavelmente com a corte pagã (2Rs 9.32; 20.18; At 8.27);
- c) Por escolha. Não deve ser entendido de modo literal, mas de alguém que se abstém do casamento de maneira voluntária (Ibidem, p. 724-725).

O texto aqui se refere a pessoas que se abstém do casamento em favor do reino. “Mas permanecer solteiro é uma escolha, não uma obrigação. [... com] o desejo de servir o Reino com

⁷⁵ Davies e Allison (2004, v. 3, p. 20-21) também discutem ao que Jesus se refere e também optam pela referência ao celibato. Eles acrescentam que talvez Mateus estivesse percebendo uma necessidade de combater um excesso em sua comunidade, uma vez que havia um ascetismo crescente no mundo pós-clássico.

integridade de foco. [...] O relato de Mateus acrescenta um chamado para servir a Deus com dedicação exclusiva, se conscientemente não se busca o casamento por causa do reino” (BOCK, 2006, p. 284). Jesus e Paulo não eram casados e isso trazia vantagens para o Reino (1Co 7.7-9),⁷⁶ mas isso não implica uma espiritualidade superior ou que os maiores líderes precisam abdicar do matrimônio em virtude de sua posição.⁷⁷ Indica que Deus capacita pessoas de diferentes maneiras para servir o Reino.

Depois de analisar o texto, algumas perguntas ainda permanecem. Uma delas é entender o que *mh. evpi.pornei,a* (a não ser por adultério) modifica: somente divórcio, ou divórcio e novo casamento. Há diversas hipóteses:

- a) “Qualquer pessoa que se divorcia de sua esposa, sem falar em *porneia*, que não está sendo discutida nesse momento, e se casa novamente, comete adultério”.⁷⁸ Essa posição foi sugerida por Agostinho e, depois, advogada por Bruce Vawter, mesmo que este, mais tarde, admita que a sintaxe grega não suporta tal decisão (INSTONE-BREWER, 2002, p. 155; HAGNER 1995, p. 549);⁷⁹
- b) Heth e Wenham advogam que a prótase se refere apenas ao antecedente mais próximo (somente o divórcio = “aquele que se divorciar de sua mulher, a não ser por causa de infidelidade, e se casar com outra [sem exceção], comete adultério”).⁸⁰ Alguns estudiosos fazem distinção aqui entre duas

⁷⁶ Paulo inclusive reconhece que teria o direito de ser acompanhado por esposa, como ocorria com os irmãos do Senhor e Cefas (1Co 9.5), mas ele abdicou desse direito, pois entendia que isso seria um obstáculo para o evangelho (1Co 9.12) (DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 24). O que se mostrava impensável para os discípulos era realidade na vida de Jesus e de Paulo, mais tarde.

⁷⁷ Embora no AT Deus havia ordenado o casamento para a procriação e para a educação dos filhos, este não era o único propósito do casamento (Gn 1.28; cf. Ef 6.1-4). Isso implica que a união sexual no casamento é bela e honrada (Hb 13.4), mas que a gratificação sexual não foi programada como um fim em si mesma. Entretanto, o gnosticismo criou o dualismo entre espírito e corpo denegrindo o casamento e mesmo a procriação de filhos, que só aumentava o número de almas presas ao corpo. Diversos pais da igreja tiveram uma atitude ruim para com os aspectos sexuais do casamento. Para Tertuliano, “o casamento certamente é melhor, pois arder é pior. Quanto melhor seria não casar nem arder”. Cristãos na Síria adotaram casamentos espirituais, sem relações sexuais. Essa tendência levou a uma valorização exagerada da virgindade e do celibato — possuíam mais virtude que o casamento (YAMAUCHI, 1978, p. 249).

⁷⁸ Aqueles que defendem essa posição traduzem o v. 9 “a não ser por causa de infidelidade” como “nem mesmo por causa de infidelidade”, o que torna a proibição de divórcio absoluta. Mas para que fosse lida dessa maneira, o grego deveria apresentar *mhde*, (nem mesmo), em vez do simples *mh*. (não) (HAGNER, 1995, p. 549).

⁷⁹ Para mais detalhes sobre essa posição, veja CARSON, 1995, p. 416; FLEMING, 1963.

⁸⁰ Essa posição é defendida por Dupont, Heth (embora mais tarde mudasse de ideia), Quesnell, Wenham, Ryrie, Warden, bem como pela igreja católica. Basicamente, essa posição sustenta que Mateus 19.9 possui duas orações condicionais, uma contingente e outra absoluta:

- a. O marido não pode se divorciar de sua esposa, a não ser que ela seja culpada de imoralidade;
- b. Todo aquele que se casa depois de se divorciar de sua esposa, comete adultério.

Em outras palavras: é proibido divorciar-se por outros motivos além da imoralidade e o novo casamento depois do divórcio sempre implica em adultério (HETH, 1984, p. 142; MURRAY, 1947b, p. 4; para uma discussão mais ampla da posição da igreja católica em relação a divórcio e novo casamento, veja, MURRAY, 1947b, p. 5, nota 4; para a igreja Anglicana do Reino Unido, veja MURRAY, 1947b, p. 3, nota 2). Para diversos defensores dessa posição, até a parte inocente não pode se casar novamente (veja PIPER, 2006, p. 311). Muitas vezes é assegurado que a pessoa que se casa novamente vive em adultério contínuo, já que o termo *μοιχάται* se encontra no presente do indicativo (e.g., TAYLOR, 2008, p. 22). No entanto, Blomberg sustenta que nem sempre os verbos no presente do indicativo denotam uma atividade contínua. A forma usada em uma história de pronunciamento nos leva a esperar uma afirmação proverbial como clímax da narrativa — esta emprega verbos gnômicos ou atemporais e não verbos de ação continuada. Assim, o adultério seria uma ação pontual e não contínua (BLOMBERG, 1990, p. 174). Por exemplo, Osburn atesta que das mais de setecentas ocorrências do presente do indicativo em Mateus, a grande maioria é descritiva, ou seja, não se tem em vista uma ação

palavra/expressões: *vínculo*, o que equivale ao divórcio legal com possibilidade de novo casamento e *mensa et toro*, em que há separação de corpos⁸¹, embora o vínculo matrimonial não foi quebrado — contudo, essa distinção seria muito estranha para os leitores originais (FIELD, 1983, p. 29).⁸² Em favor dessa posição é a sequência de palavras do grego. No entanto, faltam evidências que comprovem esta posição. Wenham não encontrou exemplo paralelo algum com essa construção nos Evangelhos ou em outra literatura antiga (INSTONE-BREWER, 2002, p. 155-156). Além disso, não há paralelo em círculos judaicos sobre o divórcio sem a possibilidade de um novo casamento. Por outro lado, essa posição justificaria a reação dos discípulos (Mt 19.10) (CARSON, 1995, p. 416). O maior problema com essa visão é que a tradução fica sem sentido: “todo aquele que se divorcia de sua esposa, exceto por *porneia*, comete adultério” — o que não é verdade a não ser que ela se case de novo (Idem);⁸³

- c) Alguns autores (e.g., D. H. SMALL 1986, p. 118) afirmam que existem outros fatores com os quais precisamos contar além da sintaxe, como contexto e considerações teológicas. Na opinião de Small, esses fatores favorecem a ideia de que a prótase se refere a ambas as partes da frase (divórcio e novo casamento = “aquele que se divorciar de sua mulher, a não ser por causa de infidelidade, e se casar com outra [exceto no caso de adultério do outro cônjuge], comete adultério”).⁸⁴ Essa é a interpretação mais comum, tendo diversos paralelos na literatura rabínica (INSTONE-BREWER, 2002, p. 156; CARSON, 1995, p. 416).⁸⁵ Contudo, segundo Bromiley, nenhum texto faz uma concessão inequívoca para o

continua, como em 3.11 em que *baptizw* (eu batizo) não tem a conotação de ação repetida ou contínua (1981, p. 195). Para mais detalhes, veja todo o artigo de OSBURN, 1981.

⁸¹ E.g., CROSS; LIVINGSTONE, 1997, p. 493.

⁸² Para mais detalhes, veja ATKINSON, 1990, v. 3, p. 385-386; ADAMS, 2012, p. 70-73.

⁸³ Contra Wenham, que, com base em comparações gramaticais com outros textos, argumenta que o divórcio geralmente equivale ao adultério e o novo casamento sempre equivale ao adultério (1986, p. 21-22). Blomberg defende que talvez aqui não se trata de relações sexuais propriamente ditas. O texto paralelo de Mateus 5.32 afirma “torna-a adúltera” ou “a leva a cometer adultério”. É verdade que muitas mulheres se casavam de novo, mas não todas, o que tornaria o texto inverídico. Assim, Blomberg insiste que devemos interpretar o adultério em Mateus 5 como metafórico, ou seja, infidelidade para com a pessoa a quem foi prometida fidelidade irrestrita. Se, segundo ele, essa é a interpretação mais provável de Mateus 5.32, também deveria ser de 19.9, ou seja, o adultério (infidelidade) ocorre quando o casal se divorcia (1990, p. 174-175). Contudo, essa conexão parece um pouco forçada. Seria mais natural entender que é pressuposto que a mulher divorciada se case novamente e assim comete o adultério.

⁸⁴ Contra Wenham, que sugere que a adição da cláusula de exceção faz Jesus tomar partido ao lado dos seguidores de Shammai, autorizando o novo casamento em caso de adultério. Isso:

- a. abranda a ética do reino, mas também fica em tensão com o v. 6;
- b. enfraquece o argumento dos v. 7,8;
- c. torna o comentário dos discípulos no v. 10 e a resposta de Jesus nos v. 11,12 não muito apropriada no caso de uma proibição absoluta do divórcio (apud HAGNER, 1995, p. 549).

⁸⁵ John Kilgallen sugere uma variação dessa ênfase, ao afirmar que a cláusula de exceção significa apenas que, em alguns casos, o divórcio não leva ao adultério e que por isso, em algumas situações, o divórcio não é moralmente errado. Ele traduz Mateus 5.32 como: “Todo aquele que se divorcia de sua esposa (exceto em caso de *porneia*) torna-a adúltera (1980, p. 102-105). Logo, no caso de *porneia*, ela não “se torna adúltera”, pois já é adúltera. No entanto, Carson argumenta que o texto grego não afirma que ela “se torna adúltera” ou “uma adúltera”, antes a “leva a cometer adultério” (o infinitivo passivo não significa “se tornar adúltera”, mas “cometer adultério” (CARSON, 1995, p. 417; cf. BAGD, 1979, p. 526). Se ela já era adúltera, o divórcio e o novo casamento não a tornariam adúltera, mas a levaria a cometer adultério (Ibidem, p. 417).

novo casamento no NT (apud HETH, 1984, p. 137);⁸⁶

- d) Heth afirma que os pais da igreja nunca discutiram essa questão do ponto de vista da sintaxe e por isso não deveríamos dar demais importância a ela (1995, p. 97). Mas este argumento não é muito forte. De acordo com Blomberg, essa parte da frase (“a não ser por causa de infidelidade”) poderia aparecer em três lugares na oração: no início dela; exatamente onde está (no meio); e no final dela. Se fosse colocada no início da oração, seria para ênfase. Mas Jesus quer enfatizar a continuidade do casamento. Se estivesse no final dela, seria somente para situações em que o pecado sexual provocou o divórcio e um novo casamento. Logo, se um autor grego quisesse sustentar que a cláusula de exceção modifica ambos os verbos, a posição em que aparece em Mateus seria o local menos ambíguo para isso (BLOMBERG, 1990, p. 178; NOLLAND, 1995, p. 22).⁸⁷ No entanto, é possível que a cláusula de exceção modifique apenas o divórcio. Carson acha que sintaticamente ela está ligada somente com o divórcio, se bem que isso dificilmente é decisivo (1995, p. 416). Assim, parece que temos duas opções viáveis. Precisamos determinar qual delas se encaixa melhor no contexto.

Nesse texto, Jesus autoriza o divórcio por causa da “imoralidade sexual”, mas não o torna obrigatório. O divórcio é uma concessão por causa da dureza dos corações (Mt 19.8). O caminho do perdão e da restauração é o preferido (HARRIS, 2005).⁸⁸ Mas ainda resta a dúvida se o novo casamento após o divórcio é permitido. Blomberg argumenta que o novo casamento seria permitido, já que era visto por praticamente todos os judeus como um direito fundamental. Logo deveríamos nos conscientizar de que se Jesus quisesse que as pessoas entendessem que estava proibindo o novo casamento, ele teria dito isso de modo muito mais contundente (1990, p. 179-180).

Há diversos motivos propostos pelos quais a cláusula de exceção está presente em Mateus e ausente em Marcos e Lucas:⁸⁹

⁸⁶ O que os textos (Mt 5.32; 19.9; Mc 10.11,12; Lc 16.18; cf. Rm 7.1-3; 1Co 7.10,11,39) apresentam de modo claro é que o novo casamento depois do divórcio equivale a adultério. Mas o que fazer com a cláusula de exceção de Mateus? Ela permite o divórcio legal — isso também implica novo casamento legal? É justamente essa falta de algo categórico a respeito que dá margem a tanta discussão e posições diferentes.

⁸⁷ Heth e Wenham também comentam sobre o lugar que a expressão poderia ocupar no grego com uma conclusão ligeiramente diferente:

- a. Se ela estivesse no início da frase, seria algo parecido com: ‘Aquele que não despede sua esposa por imoralidade e não se casa com outra, comete adultério’. Isso tornaria o divórcio e o novo casamento prescritivo em caso de imoralidade;
- b. Se ela estiver no lugar em que se encontra, o texto poderia ser expandido da seguinte maneira: ‘Aquele que despede sua esposa, a não ser por imoralidade que a despede, e se casa com outra, comete adultério’.
- c. Se ela for colocada depois de “e se casar com outra” e antes de “comete adultério” ela conectaria as duas ações sequenciais (divorciar e se casar com outra). Neste caso, o significado seria: ‘Aquele que despedir sua esposa e casar com outra, se não for por imoralidade que a despedir e casar com outra comete adultério’.

Segundo os autores, se Mateus tivesse utilizado a opção “a”, ele tornaria a separação prescritiva no caso de imoralidade. Se ele optasse por “c”, ele estaria próximo de exigir a posição erasmiana [a autorização do novo do divórcio e do novo casamento em caso de imoralidade]. A opção “b” não elimina toda a ambiguidade do texto. Contudo se Mateus quisesse adotar a posição da igreja primitiva [que, segundo eles, impedia o novo casamento], teria sido pior se optasse por outra sequência de palavras, ou seja, colocasse a cláusula de exceção em outra parte da frase (HETH; WENHAM, 1985, p. 115-116).

⁸⁸ O divórcio não é compulsório em caso de adultério. O divórcio nunca deveria ocorrer, a não ser quando a pessoa apresenta dureza de coração, ou sejam, recusa-se de modo teimoso ao arrependimento, como o Judá adúltero de Jeremias 4.4 (INSTONE-BREWER, 2011, local 921).

⁸⁹ Diversos estudiosos consideram que Mateus preserva o ensino original de Jesus e que Marcos omite essa exceção

- a) Marcos e Lucas estão enfatizando a essência do ensinamento de Jesus — a santidade do casamento — e desencorajando o divórcio (HARRIS, 2005);⁹⁰
- b) A exceção era tão óbvia que não era importante citá-la (STOTT, 1990, p. 293), já que o adultério era considerado como motivo legítimo para o divórcio no mundo romano, grego e hebreu (HARRIS, 2005; STOTT, 1990, p. 294);
- c) Marcos e Lucas foram endereçados a leitores gentios, os quais não estavam preocupados com as razões permissíveis para o divórcio (STOTT, 1990, p. 293);
- d) Jesus poderia exagerar um pouco (hipérbole) por causa do ambiente hostil de onde veio a pergunta (STEIN, 1992, p. 194), ou então, citar o princípio geral sem entrar em detalhes sobre possíveis exceções.

Um argumento forte contra o novo casamento é dado por H. Crouzel, que afirma que com uma única exceção, todos os textos relevantes dos pais da igreja proíbem o novo casamento depois do divórcio (*apud* HETH; WENHAM, 1985, p. 38; DAVIES; ALLISON, 2004, v. 3, p. 17). Mas essa posição tem sido criticada por Pierre Nautin, que afirma que os Pais Latinos do segundo ao quarto séculos permitiam o novo casamento em caso de adultério (*apud* BLOMBERG, 1990, p. 180). Além disso, eles poderiam ter errado em sua interpretação das Escrituras, como ocorreu com outros assuntos (STOTT, 1990, p. 295).

O adultério ou novo casamento resulta na dissolução do casamento? O casamento pode ser dissolvido? Seria apenas separação de corpos? Cornes afirma que *apolyo* (divórcio) não dissolve o casamento, traz apenas a separação (1993, p. 216).⁹¹ Heth e Wenham argumentam que essa palavra é usada duas vezes no mesmo versículo (19.9), em que *porneia* está envolvida e onde ela não está, já que precisa ser suprida do versículo anterior (1985, p. 117). Neste caso, o divórcio legal ainda não quebra o vínculo estabelecido por Deus no casamento. Isso fica claro quando a pessoa que se casa novamente comete o adultério. Quesnell argumenta baseado em Mateus 19.9, onde se usa o termo *apolyo* (divórcio), que Deus permitiria a separação, mas não o divórcio (1968; CARSON, 1995, p. 416). Uma proposta semelhante é feita por Callison sobre uma suposta distinção entre *apolyo* e *apostasion*, com base numa possível distinção entre as palavras hebraicas *shalah* e *keritut*. Segundo ele, não se proíbe o *apostasion/keritut* (termo técnico para o certificado de divórcio) pelo qual a esposa é libertada do vínculo matrimonial, mas *apolyo/shalah* (repúdio) é proibido. O repúdio seria deixar a mulher de lado e se relacionar com outra, sem dar a ela a carta de divórcio que a possibilitaria um novo casamento para ela (CALLISON, 2006). Mas o termo *apolyo* é usado em Mateus 19.3, com o significado claro de divórcio, e depois em 19.9, outra vez sem fazer esta distinção (CARSON, 1995, p. 416).

Heth e Wenham fazem uma crítica sobre a posição que permite o novo casamento depois do divórcio, afirmando que, na visão erasmiana em um único versículo o termo divórcio recebe

óbvia (Schlatter; Isaksson; Dungan; Stott). Outros autores são de opinião contrária, mas, segundo Carson, não há evidências decisivas nem para um nem para o outro lado no que diz respeito à dependência literária. O que os Sinóticos têm em comum é negar o divórcio por motivos além dos pecados sexuais. Se Marcos é o original, Jesus estaria se posicionando de modo categórico contra o divórcio com algo tão frequente a ponto de ser escandaloso. Se Mateus for original ou houver duas fontes distintas (uma para Mateus e outra para Marcos-Lucas), Marcos a ignorou por ser óbvia demais (CARSON, 1995, p. 417).

⁹⁰ A forma casuística que Jesus emprega em Lucas 16.18 é para ênfase e exagero: apresenta o ideal de Deus como Marcos 10.11,12. Jesus não está interessado com definições legais, mas com exortação moral. É uma generalização que admite exceções (HETH, 2016, p. 8).

⁹¹ O termo *avpoluw* (*apolyo*) “aplica-se especialmente ao ‘divorciar’ uma esposa (Mt 1.19; 5.31,32; 19.3,7-9; Mc 10.2,4,11,12; Lc 16.18)” (MARSHALL, 1989, v. 1, p. 673). A posição de Cornes está baseada sobre o conceito da separação de corpos, mas não da separação de fato, algo que seria totalmente estranho para o mundo do NT.

dois significados distintos, algo inconcebível do ponto de vista exegetico:

- a) mandar a esposa embora por imoralidade e novo casamento não constitui adultério;
- b) mandar a esposa embora por outros motivos e novo casamento constitui adultério (1985, p. 134).

Assim, segundo eles, divórcio não poderia ter dois significados no mesmo versículo, visto que novo casamento constitui adultério. Para eles, está claro que divórcio significa claramente a separação sem direito ao novo casamento. Foi a visão erasmiana que trouxe essa confusão de significado para o termo (Idem). No entanto, segundo Blomberg, *apolyo* tem somente um significado nas Escrituras, a saber: dissolução legal do casamento (1990, p. 165, nota 19). Blomberg sustenta que Heth e Wenham analisaram essas palavras em outros contextos e introduziram aqui significados que não podem ser defendidos nesse texto (Ibidem, p. 165).⁹²

A pergunta é até que ponto a aliança entre o casal pode ser quebrada. Sabemos que a morte quebra esse vínculo. Se o casamento seria uma aliança parecida com a de Deus e Israel, sabemos que ela pode ser quebrada, como aconteceu com Israel: “Ela não será como a aliança que fiz com seus pais, quando os peguei pela mão para tirá-los da terra do Egito, pois eles quebraram a minha aliança, mesmo sendo eu o senhor deles, diz o SENHOR” (Jr 31.32). Seguidamente Israel quebrou a aliança, mas Deus perdoou e restabeleceu a aliança.⁹³ No entanto, o texto citado de Jeremias fala de uma nova aliança, que pareceria não necessária se a aliança antiga não pudesse ser dissolvida. O que fica claro é que a aliança não deve ser dissolvida.⁹⁴ Ou seja, o argumento aqui não é desenvolvido no sentido do que não *pode* ocorrer, mas do que não *deve* ocorrer.⁹⁵ Quebrar a união significa usurpar a função de Deus que a criou por seu decreto criacional e que decretou que deve ser uma união permanente de “uma só carne” (FRANCE, 2007, p. 718; COLLIER, 1995, p. 95).⁹⁶

É bem difícil tentar saber exatamente o que Jesus falou sobre o divórcio, já que há diversas passagens supostamente ditas por Jesus com ligeiras variações. A cláusula de exceção era óbvia para os outros evangelistas e por isso foi mencionada apenas por Mateus (CARSON, 1995, p. 416)? Segundo Carson, diversas respostas têm sido sugeridas:

- a) Não há cláusula de exceção (Mt 5.32; 19.9). A preposição *evpi* com o dativo pode ter o sentido de adição: “além de”, ou “com exceção de” (cf. Lc 3.10; Cl 3.14). Assim, Mateus 19.9 deveria ser lido assim: “sem exceção de promiscuidade sexual” e argumento similar se aplica a 5.31: “quem repudia sua esposa, além da *porneia* [motivo pelo qual ele a repudia] a leva a se tornar impura por causa do adultério”. Assim, não haveria diferença entre Mateus em comparação com Marcos/Lucas.

⁹² Para uma avaliação crítica da posição de HETH; WENHAM, veja HOLWERDA, 1987.

⁹³ Veja DÜCK, 2017b, p. 169-172.

⁹⁴ Para uma análise se a aliança pode ou não ser quebrada, veja HETH, 2016, p. 6.

⁹⁵ Mas, assim como o ser humano pode usar e abusar da criação, ou seja, usá-la de modo diferente do que planejado por Deus, o mesmo pode acontecer com o matrimônio. O poder do pecado transformou a harmonia de ‘uma só carne’ em uma batalha dos gêneros, de vencer e submeter, de mandar e criar dependência, que por sua vez transformou a ordem da criação em destruição da criação (LAPIDE, 1990, p. 72). Segundo Collier, “divórcio e novo casamento não são impossíveis; eles são inimagináveis” (1995, p. 95).

⁹⁶ Parece que boa parte da discussão sobre a questão de divórcio e novo casamento está centrada sobre a concepção da aliança ou contrato de casamento. Se a questão da aliança/contrato é vista como indissolúvel, visto que as alianças, por sua própria natureza, não podem ser dissolvidas, é pouco provável que argumentos exegeticos façam qualquer diferença na maneira de enxergar o divórcio e novo casamento (KÖSTENBERGER; JONES, 2010, p. 275-276).

Contudo, ler o grego dessa maneira seria praticamente impossível. Não há situação em que *evpi* + dativo é precedido por *mh.* (não) que com grande naturalidade introduz a exceção;⁹⁷

- b) A maioria dos estudiosos entende que Mateus se apropriou da perícopre de Marcos e a liberalizou, visto que a proibição absoluta se tornou impraticável na igreja do apóstolo. Isso se deveu a alguns motivos:
1. a proibição absoluta de Jesus era apenas uma orientação e os evangelistas se sentiram à vontade para adaptá-la a um novo contexto, já que Jesus não era um legalista (STEIN);⁹⁸
 2. Mateus achou que era necessário equacionar Jesus com a escola de Shammai no contexto das discussões rabínicas de seus dias;
 3. se *porneia* se refere a casamentos incestuosos, comuns entre os gentios, Mateus pode ter acrescentado a cláusula para o grande número de gentios que entravam em sua igreja de maioria judia, assim aplicando o ensino de Jesus a respeito do divórcio para esses casamentos ilícitos.

Por outro lado, essas perspectivas também apresentam problemas sérios:

1. O debate é acirrado para determinar se Mateus teria acrescentado algo ao ensino tradicional de Jesus ou trabalha de modo independente de Marcos nesse texto;
 2. A acusação de que Jesus era legalista é questionável, visto que legalista pode se aplicar a alguém que postula padrões absolutos ou alguém que acha que será aceito por Deus com base em sua obediência. Esse último enfoque que é relevante para a discussão, certamente não se aplica a Jesus;
 3. Não há bons motivos para entender que Jesus precisava se alinhar com a escola de Shammai, mesmo porque a justiça de Jesus deveria ultrapassar a dos fariseus (Mt 5.20);
 4. A interpretação de que se trata de casamentos incestuosos não é natural e pressupõe que estes seriam considerados casamentos sujeitos ao divórcio e não relacionamentos que deveriam ser dissolvidos;
 5. Simplesmente se alinhar com a proposta da escola de Shammai é implausível, visto que a justiça que Jesus existe deveria ser superior a dos fariseus (5.20);
- c) Alguns argumentam que o significado de *porneia* seria adultério e Jesus estaria interpretando Deuteronômio 24 dessa maneira. Assim, Jesus não estaria amenizando o ensinamento de Marcos. A lei judaica dessa época exigia o divórcio de uma mulher adúltera. Mas esse entendimento restringe demais o significado de *porneia*;
- d) Quesnell sustenta que a utilização de *apolyo* permite o divórcio no caso de

⁹⁷ Uma interpretação similar é apresentada por Vawter, que propõe que a cláusula de exceção é exceção para a proposição e não simplesmente para o verbo. Assim, o texto diria: “quem repudiar sua esposa — sem levar em conta a permissão de Deuteronômio 24.1 — e se casar com outra, comete adultério. Assim, Jesus estaria abrogando a permissão de Deuteronômio 24. A proposta seria similar em Mateus 5.32. Essa interpretação explicaria bem a reação dos discípulos à resposta de Jesus (19.11,12), mas não é certo que o texto deveria ser lido dessa maneira, visto que os primeiros comentaristas gregos não o interpretaram desse modo (CARSON, 1995, p. 416).

⁹⁸ Segundo Stein, o mais provável é que temos interpretações apostólicas daquilo que Jesus falou (1992, p. 197).

adultério, mas proíbe o novo casamento em qualquer circunstância. Isso seria mais severo do que qualquer proibição no judaísmo e certamente além do que a escola de Shammai ensinava. Mas *apolyo* já foi usado em 19.3 com o sentido claro de divórcio. Sem uma razão contundente, não é apropriado entender a palavra com um sentido e alguns versículos depois com outro. Embora seja verdadeiro que a cláusula de exceção se aplica diretamente ao divórcio e não ao novo casamento, isso não é decisivo. Se a cláusula de exceção for colocada em outra parte da frase, gera ainda mais ambiguidade.⁹⁹ A cláusula de exceção precisa ser vista como regendo toda a prótase. Uma paráfrase do texto seria: “quem se divorciar de sua esposa e se casar com outra mulher comete adultério — muito embora esse princípio não se aplica no caso de *porneia*”;

- e) Kilgallen sugere que a cláusula de exceção afirma apenas que, em alguns casos, o divórcio não implica adultério, mas que sempre é moralmente errado. Assim, ele estaria dizendo que quem se divorcia de sua esposa a torna adúltera (exceto no caso de *porneia*), pois nesse caso ela já seria adúltera. Contudo, o texto grego não enfatiza que ela se torna adúltera, mas que ele a leva a cometer adultério. Além disso, em 19.9 o marido não leva a mulher a cometer adultério, mas ele próprio comete adultério;
- f) Parece que a solução mais indicada seria deixar *porneia* e a cláusula de exceção manter sua força normal. O divórcio e o novo casamento sempre envolvem o mal, mas assim como Moisés que permitiu o divórcio pela dureza de seu coração, Jesus faz o mesmo,¹⁰⁰ contudo somente se houver *porneia* (pecado sexual de qualquer espécie). Isso implicaria que Jesus altera parte de Deuteronômio 24.1. Segundo Carson, “alguma coisa vergonhosa” não pode se referir a adultério, já que havia a pena de morte para isso. Mesmo que isso talvez não fosse praticado com regularidade [se é que foi], o ponto de Jesus é o que diz a lei e não o que era praticado. *Porneia* certamente incluía o adultério, mas não se restringia a ele. Além disso, a concessão dada por Moisés foi por causa da dureza do coração, o que poderia continuar na época do NT. Assim, *porneia* constitui uma verdadeira exceção (CARSON, 1995, p. 414-418).

Diversos estudiosos consideram que a reação dos discípulos às palavras de Jesus não tem muita coerência. Se, de um modo geral, Jesus não alterou a posição da escola de Shammai quanto a divórcio e novo casamento, por que os seguidores de Jesus advogam que neste caso talvez fosse melhor não casar?¹⁰¹ Segundo Instone-Brewer, a reação dos discípulos ocorre

⁹⁹ Veja uma discussão mais completa em MURRAY, 1947b, p. 7-8.

¹⁰⁰ O que Jesus ensina sobre o divórcio é parecido com a provisão dada na lei de Moisés. Assim, a “dureza de coração” que motivou a concessão para o divórcio não é removida na nova era do reino, na verdade, a *porneia* continua justificando o divórcio como na antiga era (MOO, 1984, p. 20). Por outro lado, o divórcio foi uma concessão no passado e agora, com a vinda de Jesus, temos uma nova era em que o divórcio não deve ser visto como motivo para o divórcio. Na verdade, também os cristãos podem se divorciar motivados pela dureza de seu coração, mas pecam ao fazê-lo (BLOMBERG, 1990, p. 171-172).

¹⁰¹ Embora a escola de Shammai insistisse que o divórcio somente era válido por *porneia*, eles decidiram que se uma corte legal concedesse o divórcio por “qualquer motivo” (segundo os parâmetros de Hillel), eles não contrariariam a ordem da corte, embora violasse os princípios de sua própria escola. Jesus, no entanto, se recusa a aceitar esse tipo de divórcio. Ele não somente se recusava a aceitar o divórcio por “qualquer motivo”, como também declarou que alguém que se recasava depois de um divórcio inválido estava cometendo adultério. Nesse ponto, Jesus diferia de todos os outros grupos do judaísmo (INSTONE-BREWER, 2002, p. 167).

devido à rejeição da posição de Hillel, que era considerada o procedimento normal e talvez até necessário para controlar a esposa, ou como uma válvula de escape, caso precisassem sair de um casamento em que haviam perdido o controle. Certamente, é possível ver certo temor neles com essa postura de Jesus (2002, p. 168). Carson adverte que não devemos exagerar a reação deles. Segundo ele, os discípulos não ficam admirados ou assustados com as palavras de Jesus. No contexto judaico, o casamento era obrigatório¹⁰² e as restrições impostas por Jesus tornavam o casamento sem muitos atrativos, o que parece indicar que o casamento seria uma boa opção somente se concedesse direitos mais amplos relacionados a divórcio e novo casamento. Essa maneira de entender o ensino de Jesus certamente não entendeu as instruções do Mestre acerca da ordem dada na criação (CARSON, 1995, p. 419).

Jesus responde aos discípulos: “Nem todos podem aceitar essa condição, mas somente aqueles a quem isso é concedido” (19.11). Essa condição, ou literalmente, essas palavras podem se referir ao ensino de Jesus (v. 4-9) ou à resposta dos discípulos (v. 10). Se ela se referir ao ensino de Jesus, parece que a ética do reino não é para todos, o que poderia parecer uma contradição. Se ela se refere à resposta dos discípulos, Jesus estaria afirmando que nem todos conseguem viver sem um relacionamento matrimonial, apenas os eunucos. Isso não significa que Jesus ou os apóstolos consideram o celibato mais santo que estar casado, mas um chamado concedido por Deus em prol do reino (Ibidem, p. 419). Sem dúvida, isso seria um choque para todo judeu dessa época. Havia eunucos de nascença e eunucos por causa da ação do homem. Mas Jesus introduz aqui uma nova categoria de eunucos: “por causa do reino do céu”. Não se trata de mutilação, mas a decisão de viver sem matrimônio e sem filhos em favor do reino.¹⁰³ O ensino era potencialmente escandaloso,¹⁰⁴ razão pela qual Jesus passou a seus discípulos em particular (INSTONE-BREWER, 2002, p. 170-171).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a pergunta a respeito do divórcio foi feita a Jesus em ambiente hostil, é possível que Jesus exagerou para enfatizar o que queria dizer (STEIN, 1992, p. 197; 1979, p. 119).¹⁰⁵ Jesus afirma que o divórcio sempre foi contra o propósito de Deus. A pergunta das pessoas se concentra sobre o aspecto errado. Eles perguntam até que ponto podem se afastar da vontade de Deus e ainda assim fazer o que Deus aceita. A própria cláusula de exceção, por si

¹⁰² Os judeus consideravam a ordem “ide e multiplicai” como um dos 613 mandamentos dados por Deus na Torá. Era obrigação de todo homem casar e ter filhos, embora isso não se aplicasse às mulheres (INSTONE-BREWER, 2002, p. 168). Além de mandamento, ter filhos e o vigor sexual era visto como dom divino e por isso era regulado por Deus (cp. Gn 1.28; 30.1ss; 33.5; 1Sm 1.1ss; 2Sm 6.21ss; Sl 127.3; 128.3) (MAIER, 1995a, p. 94).

¹⁰³ Jesus incentiva os discípulos a pensarem não em si mesmos, ou seja, de modo egoísta, mas no ponto de vista de Deus e de seu reino (MAIER, 1995a, p. 95).

¹⁰⁴ Pela informação disponível até o momento, este ensino de Jesus discordava de todo judeu vivo do seu tempo (INSTONE-BREWER, 2011, local 896).

¹⁰⁵ Em outras palavras, Jesus expressou a proibição total do divórcio e do novo casamento no ambiente hostil em que se encontrava, enfatizando o propósito de Deus para o casamento. Mas o fato de que tanto Mateus quanto Paulo talvez introduzam uma exceção parece indicar que a possivelmente a proibição não tivesse a intenção de ser tão absoluta. Em outras palavras, ele profere um princípio e não a “letra da lei” (STEIN, 1979, p. 119-120). Weibling entende que não temos duas exceções, apresentadas por Mateus e Paulo, mas expressões contingentes culturais que visam cumprir o propósito de Deus ao esquivar-se de imposições da cultura judaica sobre as mulheres no tempo de Jesus [se o marido adulterava, ele era culpado pelo divórcio e não ela]. Assim, as exceções não se ajustam a uma cultura, antes proporcionam estruturas pelas quais é possível conhecer o coração de Deus à medida que transcende as práticas da sociedade humana (2001, 234).

só, já enfatiza a regra. A proibição absoluta do divórcio apresentada em Marcos e Lucas seria uma regra geral, mas que não pretendia cobrir todos os casos? Se existem ao menos uma exceção apresentada por Mateus, haveria outras? Há leis mais importantes que outras, como no caso de Mateus 23.23? Ao que tudo indica, a resposta é sim. Mas é preciso ter cuidado para não afirmar algo baseado em nossa percepção limitada e falha que talvez se baseia demais na cultura e “demenos” na Bíblia.

De acordo com Isaksson, “Jesus ensinou a seus discípulos que eles foram chamados e consagrados para servir a Deus” (*apud* FITZMYER, 1976, p. 226). Assim, deveriam olhar para si mesmos como um templo espiritual (2Co 6.14—7.1; 1Co 3.16,17; Ef 2.18-22), uma ideia que pode ter paralelos semelhantes na comunidade de Qumran (FITZMYER, 1976, p. 226). Além disso, existe a possibilidade da influência de mandamentos dados para o rei que deveriam ser aplicados por toda a comunidade. Qumran aplicava as leis matrimônios do rei (Dt 17.17) para a comunidade. Da mesma forma, essa linguagem sacerdotal e real foi aplicada pelos cristãos a si mesmos (1Pe 2.5,9). Jesus conta que seus seguidores se submeterão a leis rigorosas, o que inclui abrir mão do divórcio. Seguir Jesus tem a ver com fugir de diversas tentações e ofertas que o mundo nos oferece (EVANS, 2001, p. 86), claramente um chamado radical.

2.1 A cláusula de exceção deve ser levada a sério?

O divórcio não faz parte do plano de Deus. Por outro lado, o Jesus de Mateus apresenta a cláusula de exceção, que aparentemente abre a porta para o divórcio e talvez para o novo casamento. Diversos argumentos contra o divórcio e o novo casamento por causa de *porneia* ainda podem persistir especialmente para aqueles que entendem que Jesus fecha as portas em definitivo para o divórcio e o novo casamento (ou autoriza o divórcio em caso de *porneia* e o novo casamento é sempre proibido). Köstenberger e Jones (2010, p. 276-278) citam alguns desses argumentos e procuram responder a eles:

1. Questiona-se se a ênfase colocada sobre o texto difícil de Mateus 19 não está exagerada e se não seria prudente interpretar esse texto complicado com base nos textos mais claros de Marcos e Lucas. Contudo, não é fácil determinar o que constitui um texto fácil ou difícil. Cada passagem deve ser analisada individualmente e depois harmonizada com as outras. Como a cláusula de exceção aparece duas vezes (Mt 5; 19), parece indicar que há repetição dela no ensino de Jesus e por isso não pode ser facilmente descartada;
2. A cláusula de exceção se limita a Mateus. Não se menciona exceções em Marcos, Lucas e Paulo, o que poderia indicar que estes relatam a norma, ao passo que Mateus indica uma exceção. Todavia, cada autor tem seu propósito com seu livro e isso explica a omissão da exceção nos outros livros. Embora seja uma exceção, não podemos descartá-la;
3. Parece haver tensão entre o ensino de Jesus sobre o ideal da criação (Mt 19.4-6) e a permissão para o divórcio como exceção (Mt 19.9). Se essa tensão existir, ela decorre da Queda e de suas consequências e não do questionamento do ideal da criação;
4. Se a cláusula de exceção para o divórcio feita por Jesus em Mateus 19.9 é por imoralidade sexual, esta seria diferente de Deuteronômio 24.1-4 o que levanta

dúvidas sobre a continuidade do ensinamento das Escrituras, visto que o ensino de Jesus parece conflitar com o texto do AT e que forma o pano de fundo para a passagem em Mateus 19. Porém, Jesus defende em Mateus 19 o ideal de Deus, bem como a concessão em Deuteronômio 24, sustentando a validade de ambas as passagens. A tensão surge por causa do pecado e não por causa da exceção que Jesus levanta. Embora pareça que Jesus esteja em conflito com Deuteronômio 24, a resposta de Jesus mostra essencialmente uma continuidade com esse texto. Moisés permite uma exceção baseada na dureza do coração humano e Jesus, por causa de *porneia*. No AT, o adultério deveria ser punido com a morte, logo não se discutia nessa época se o adultério era motivo para o divórcio. Como a pena de morte não era mais praticada por este delito,¹⁰⁶ o que fazer no caso de adultério? Jesus responde que o divórcio é permitido, mas não exigido;

5. De acordo com essa visão, Jesus parece discordar da posição de Hillel e aderir à posição de Shammai. Seria de esperar que Jesus elevasse o padrão, e não simplesmente concordasse com a escola mais conservadora, ou seja, uma vez que o casamento foi consumado, o divórcio deixa de ser opção. Todavia, a posição de Jesus é mais radical do que a de Shammai, no sentido de que Jesus permite, mas não exige o divórcio por causa de *porneia*. Com isso, enfatiza que o ideal da criação de Deus continua sendo a norma;
6. A reação dos discípulos causa dificuldades. Para eles, o padrão estabelecido seria inatingível, mais alto do que a autorização do divórcio por imoralidade sexual ou adultério. A reação dos discípulos, porém, pode indicar que viam o divórcio de maneira muito permissiva. Agora, Jesus restringe ainda mais que a escola mais conservadora;
7. Permitir o divórcio por imoralidade sexual parece adotar uma visão inferior da aliança de casamento do que as alianças relatadas nas Escrituras, em especial a aliança entre Cristo e a igreja, que parece ser a base para a aliança de casamento. Embora o casamento deva ser visto como uma aliança, há alianças na Bíblia que podem ser quebradas.

A cláusula de exceção está inserida nas Escrituras, não por acidente, mas de modo proposital. Não importa se ela veio diretamente de Jesus ou Mateus achou que ela era tão óbvia que a inseriu no texto. De qualquer maneira, ela faz parte da revelação divina e deve ser vista como uma opção legítima para aqueles que se querem se submeter aos ensinamentos de Jesus.

2.2 O divórcio sempre resulta em adultério?

Uma das questões que intriga os estudiosos é lidar com o adultério que resulta do divórcio, presente em todos os textos que tratam do divórcio nos Evangelhos. Alguns estudiosos sustentam que o divórcio era permitido, mas o novo casamento, não. Eles se baseiam em alguns textos de Qumran, que supostamente defendem essa interpretação. Contudo, isso vai contra o significado normal de adultério — o sexo ilícito com uma pessoa casada. Se o

¹⁰⁶ “John Murray afirma que, implicitamente, Jesus revogou a pena de morte para o adultério e legitimou o divórcio neste caso” (*apud* LOPES, 2005, p. 105; LLOYD-JONES, 1989, p. 242). Embora isso possa ser inferido com base nas Escrituras, se a pena de morte não era praticada, os leitores originais não chegariam a esta conclusão quando lessem esse texto.

divórcio era considerado válido, não se trataria de adultério, mas de sexo com uma pessoa solteira (INSTONE-BREWER, 2002, p. 149), o que poderia ser visto como poligamia, permitida em certas circunstâncias.

A solução adotada por quase todos os comentaristas é de que o divórcio não era visto como válido, ou seja, a pessoa continuava legalmente casada com o primeiro cônjuge, levando o segundo casamento a ser considerado adúltero. Essa abordagem precisa ser analisada levando em consideração as várias versões apresentadas nos Evangelhos. Instone-Brewer (2002, p. 150) apresenta as versões e uma resposta a cada uma delas:

1. Um homem que se casa com uma mulher divorciada, mas cujo divórcio é inválido, comete adultério (Lc 16.18; Mt 5.32);
2. Um homem que se divorcia de sua esposa de modo inválido a leva a cometer adultério (Mt 5.32; variantes textuais de Mt 19.9);
3. Um homem que se divorcia de sua esposa de modo inválido e se casa com outra comete adultério (Mc 10.11; Mt 19.9; Lc 16.18);
4. Uma mulher que se divorcia de seu marido e se casa com outro comete adultério (Mc 10.12).

O primeiro caso seria prontamente reconhecido na sociedade judaica. Se uma mulher se casasse com dois maridos (isso poderia ocorrer se o divórcio fosse considerado inválido), ela era considerada adúltera. Mesmo que ela não soubesse que o divórcio era inválido quando se casou novamente, ela sofre as penas de quem deliberadamente comete o adultério (2002, p. 150).

O segundo caso pressupõe que a mulher divorciada se casaria novamente. Presume-se que a mulher divorciada se casaria de novo por motivos financeiros. Assim, o marido que se divorcia força a ex-esposa a se casar novamente e se torna o responsável pelo adultério que resulta dessa união. Contudo, havia casos em que a mulher divorciada tinha muitos recursos e, em virtude disso, não desejaria se casar novamente. Algumas dessas mulheres talvez não quisessem abrir mão de sua liberdade pessoal ao casar novamente. O texto de Mateus 5.32 não está tentando ser categórico aqui. Trata-se de uma síntese do ensinamento, o modo normal de registrar as questões legais. A intenção do texto não é afirmar que a mulher sem dúvida cometerá o adultério, mas que, se ela se casar novamente e por meio disso cometer adultério, seu marido tem parte da culpa. Às vezes, embora tecnicamente culpada de adultério, a mulher não tem culpa, pois o divórcio inválido era normalmente causado por um erro do marido ou do escriba e não da esposa (2002, p. 150).

O terceiro caso seria difícil de aceitar para a maioria dos judeus, já que a poligamia era permitida, o que tornaria impossível o adultério ao se casar com uma mulher solteira, mesmo que o divórcio da primeira esposa fosse considerado inválido. Assim, não seria considerado adultério, pois este era um crime contra o marido da segunda esposa. O marido que se casou de novo após o divórcio poderia ser considerado imoral, mas não adúltero. Marcos acrescenta que ele estaria cometendo adultério “contra ela” (Mc 10.11). Com isso, o adultério não é um crime cometido somente contra o ex-marido da nova esposa, mas também contra a sua ex-esposa. O marido não pode mais se esconder atrás do fato de que tecnicamente ele não prometeu exclusividade quando se casou (a poligamia era permitida). Ou seja, a monogamia é a regra e o homem também deve prometer exclusividade a sua esposa (2002, p. 151).

A maior parte dos estudiosos considera que o quarto caso é endereçado a leitores não

judeus, visto que a mulher [de modo geral] não poderia tomar a iniciativa do divórcio. No entanto, a mulher poderia levar o caso ao tribunal judaico pedindo o divórcio. Há indicações de que isso era praticado no primeiro século. Nem sempre a sociedade judaica obedecia às regras impostas pelos rabinos (2002, p. 151-152).

Resumindo, parece que Jesus estava se referindo a divórcios inválidos quando descreve o novo casamento depois do divórcio resultando em adultério e não uma proibição geral do novo casamento.

2.2 Divórcio em caso de *porneia* é autorizado, mas não o novo casamento.

Diversos estudiosos entendem que o divórcio é autorizado por Jesus quando houver infidelidade matrimonial, mas não o novo casamento. Roland Chia, por exemplo, que faz uma exegese dos textos pertinentes do NT e chega à conclusão que o novo casamento não é permitido, alerta que as questões pastorais precisam ser levadas em consideração na análise de situações reais que a igreja enfrenta, mas deixa muito claro: primeiro fazer a exegese, depois fornecer respostas (CHIA, 2002, p. 140).

A posição de Chia (e tantos outros), que não autoriza o novo casamento, pode ser defendida com base na gramática dos textos nos Evangelhos, uma vez que existe certa ambiguidade neles. Mas Keener chama a atenção de que diversos fatores dos textos de Mateus não são respondidos de maneira satisfatória quando se fecha a porta para o novo casamento:

1. Se a cláusula de exceção não permite o divórcio, não haveria motivo para citá-la. Todos estavam cientes de que a esposa poderia ser divorciada de modo unilateral pelo marido na lei judaica e qualquer um dos cônjuges poderia tomar a iniciativa do divórcio na lei romana. Se a cláusula de exceção se aplica somente ao divórcio, isso não esclarece muito sobre o que Jesus quis ensinar nos textos de Mateus;
2. Se a cláusula de exceção permite o divórcio, o judeu do primeiro século presumiria que ela permitiria o novo casamento, a não ser que fosse explicitamente dito que não era permitido, uma vez que o certificado de divórcio autorizava o novo casamento (KEENER, 1991, p. 34).

A posição de Chia e outros, que procuram preservar o ensino bíblico e a santidade do matrimônio, é louvável. Todos temos a tendência de ler nossa própria posição para dentro da Bíblia e encontrar textos-prova neste intuito. Entretanto, isso vale para os dois lados. Pessoas que entendem que Jesus autoriza o novo casamento no caso de divórcios válidos também querem preservar a santidade do matrimônio. A posição de Keener parece mais de acordo com o ensino das Escrituras.

2.3 Outras exceções para divórcio e novo casamento?

De modo surpreendente, nenhum dos Evangelhos apresenta qualquer palavra de Jesus a respeito dos motivos para o divórcio em Êxodo 21.10,11,¹⁰⁷ ou mesmo sobre o novo casamento

¹⁰⁷ No antigo Oriente Próximo, as estipulações da aliança de casamento eram documentadas, ou então verbalmente apresentadas na cerimônia diante de testemunhas. Além das estipulações, havia direitos e responsabilidades básicas que não estavam escritos, mas eram ponto pacífico e se aplicavam a todos os casamentos. Por exemplo, normalmente a aliança falava sobre a morte do cônjuge, mas não mencionava o adultério. As estipulações não escritas eram mais importantes que as escritas, visto que se aplicavam a todos os casamentos, sem exceção. As

depois da morte do cônjuge. Seu silêncio sobre Êxodo 21 é visto pela maioria dos intérpretes como fechando as portas para qualquer outro motivo legítimo para o divórcio, embora o silêncio no último caso é visto como total permissão para um novo casamento quando o cônjuge faleceu. Está claro que Paulo aprova o novo casamento após a morte do cônjuge (Rm 7.2; 1Co 7.39) (INSTONE-BREWER, 2002, p. 166). A omissão de elementos por causa da abreviação implica que havia concordância tanto de Jesus quanto de Paulo também no primeiro caso?

Independentemente da conclusão adotada, trata-se de um argumento de silêncio, já que não há uma palavra clara de Jesus sobre o assunto. Se Paulo não recebeu instrução do Senhor sobre o procedimento a ser adotado quando da morte do cônjuge, certamente se achava no direito de interpretar e aplicar as implicações do ensino de Jesus para novos contextos. Se Paulo tinha esta liberdade, ela também foi adotada por Mateus? Se havia outros motivos óbvios para o divórcio e novo casamento no primeiro século, estes não devem ser descartados sem motivos muito contundentes.

2.4 Sintetizando o ensino de Jesus sobre o divórcio e novo casamento

Como divórcio e novo casamento é um tema tão desafiador na sociedade e igreja atuais, a tendência é ler os relatos dos Evangelhos sobre o assunto buscando resolver os dilemas atuais. Assim, o contexto original e o que Jesus queria ensinar de modo geral é deixado de lado. Instone-Brewer sugere seis ensinamentos, alguns dos quais com frequência passam despercebidos (2002, p. 178-183):

1. Monogamia – só é possível estar casado com uma pessoa por vez. No tempo de Jesus, a poligamia era rara, exceto entre os ricos. Seria de supor que Jesus não reconhecesse a validade de um segundo casamento, mas ele nada diz a respeito, como o fez com um novo casamento depois de um divórcio inválido. Isso dá à mulher o direito de se divorciar do marido por adultério. No Israel do primeiro século, o homem não fazia um voto de castidade, já que a poligamia era permitida. Ele até poderia ser acusado de adultério, mas este era um pecado contra o marido de sua nova esposa, não contra sua ex-mulher. Se a poligamia não é mais permitida, presume-se que o marido deva exclusividade sexual para sua esposa, o que levava o adultério a poder ser usado tanto pelo homem quanto pela mulher como razão para o divórcio;¹⁰⁸
2. O casamento deve ser para a vida toda. É contra a vontade de Deus quebrar o relacionamento matrimonial. Esse já era o ideal ensinado pelos rabinos em Israel, mas estes também autorizavam o divórcio por “qualquer motivo”. Jesus ensina que o casamento deve durar a vida toda e limita os motivos para o divórcio: somente quanto as promessas do casamento são quebradas continuamente, tornando o casamento irreparável;

estipulações escritas eram de suma importância quando o dote era de valor muito elevado, ou havia outras estipulações incomuns acrescentadas à aliança. Uma das estipulações registradas com regularidade na aliança de casamento tratava era a obrigação do marido de “prover alimento, óleo para unção e vestuário para a esposa”. Isso está em paralelo com Êxodo 21.10,11 em que a esposa tem direito a “comida, vestuário e direitos conjugais” (INSTONE-BREWER, 2002, p. 8-9) Mesmo a escola de Shammai autorizava o divórcio em caso de quebra das estipulações de Êxodo 21 (Ibidem, p. 186).

¹⁰⁸ Para as consequências do aumento de viúvas na igreja e do conseqüente peso que isso representou para a igreja nos primeiros séculos, ver INSTONE-BREWER, 2002, p. 179-180.

3. O divórcio não é obrigatório – nem mesmo com o adultério.¹⁰⁹ O padrão dos rabinos era a obrigatoriedade do divórcio se a esposa fosse infiel. Na teoria, a esposa supostamente infiel poderia ser submetida ao ritual de suspeição [ritual da água amarga (Nm 5.5-31)]. Mas isso era muito inconveniente para a esposa e vergonhoso para o marido, portanto pouco praticado: se o marido não amasse a esposa, ele se divorciaria dela, quer ela fosse absolvida pelo tribunal ou não; se ele a amasse, não a sujeitaria ao rito. O ensino de Jesus permite que um cônjuge perdoe o outro, o que não era permitido nesse contexto. Isso é especialmente relevante no contexto do primeiro século, em que a mulher se tornava suspeita de adultério se conversasse sozinha com um homem, mesmo com a presença de outra mulher (se ela conversasse com dois homens simultaneamente, cria-se que um homem protegeria a virtude do outro). A crença era de que ela estava seduzindo o homem. Ele também se tornava suspeita se conversasse com um homem em público (que não fosse de sua família) em duas ocasiões. Presumia-se que ela estivesse planejando a traição com o homem e seu marido precisaria adverti-la. Se ela conversasse com o mesmo homem uma segunda vez, depois de ter sido advertida, presumia-se que estavam tendo um caso. Tomava-se por certo que o marido se divorciaria dela, quer ele quisesse fazê-lo ou não. Dentro desse contexto, o ensino de Jesus trazia uma liberdade maior para as mulheres;
4. O divórcio é permitido – se houver recusa teimosa de não cessar com o adultério. Esse ponto se baseia na provável referência da “dureza de coração” a Jeremias 4.4, um resumo de Jeremias 3, que descreve o adultério de Israel. Como essa conexão é provável, mas não certa, esse ponto deve ser tratado com um pouco de cautela. Aqui o divórcio é permitido, mas não obrigatório. O perdão é uma alternativa melhor e deve ser oferecido depois do arrependimento. Um cônjuge adúltero e teimoso, que se recusa ao arrependimento, pode ser divorciado, mas isso não é obrigatório. É provável que os outros motivos para o divórcio de Êxodo 21.10,11: recusa teimosa de prover comida, roupa e amor para a esposa¹¹⁰ também

¹⁰⁹ Blomberg sustenta que o sexo, por si só, não constitui o casamento, mas sexo e compromisso. Assim, a infidelidade por si só não destrói o casamento, mas “o compromisso volitivo” pode ser rescindido (BLOMBERG, 1990, p. 167-168). Contra Lundbom, que argumenta que o relacionamento sexual da mulher com outro homem constitui um algo legal como um casamento (1978, p. 23), mas essa opinião não parece ser de consenso.

¹¹⁰ Embora Jesus não tenha dito nada explícito sobre os outros motivos para o divórcio baseados em Êxodo 21.10,11, há diversos argumentos (de silêncio) que podem indicar que Jesus também admitiria esses motivos. De acordo com INSTONE-BREWER, 2002, p. 184-187:

- a. Jesus não falou nada a respeito desses motivos em seu ensino sobre o divórcio. Isso pode ser visto de modo negativo, mas é preciso lembrar que Jesus falou sobre os elementos em que diferia da opinião geral das pessoas. Embora fosse perguntado sobre o divórcio, Jesus aponta para a monogamia usando as Escrituras para defendê-la. A maioria dos judeus cria que a poligamia era permitida, mas Jesus mostra que esse não era o plano inicial de Deus. Depois, Jesus insiste que o casamento é para a vida toda, o que os judeus não consideravam importante, já que o divórcio era permitido. Os judeus achavam que o divórcio por adultério era obrigatório e Jesus outra vez contraria a opinião deles. As pessoas achavam que a procriação era obrigatória, mas Jesus ensinou que o casamento e a procriação eram opcionais. Mesmo não sendo perguntado acerca desses assuntos, Jesus fez questão de mostrar a vontade de Deus a respeito deles. Seria estranho imaginar que Jesus falaria sobre alguns desses assuntos que talvez não fossem tão centrais no que diz respeito ao divórcio e negligenciaria falar sobre algo tão importante como os motivos para o divórcio;
- b. Todos presumiam que Jesus reconhecia que havia outros motivos para o divórcio no AT e não somente o adultério. Sem dúvida vários judeus concordariam com os ensinamentos de Jesus a respeito do divórcio. Mas não

constituíam motivos válidos para o divórcio. Quem se recusava a prover isso para sua esposa poderia ser forçado pelo tribunal a conceder o divórcio à esposa;

5. O casamento não é obrigatório nem a infertilidade motivo para o divórcio. A ordem para “multiplicar” implicava que a infertilidade era motivo para o divórcio, algo que alguns rabinos ensinavam como dever se não houvesse filhos depois de dez anos de casamento.¹¹¹ Embora Jesus não o diga explicitamente, presume-se que Jesus não queira afirmar que cada marido tinha a obrigação de “multiplicar”, o que leva a infertilidade a não ser mais considerada razão para o divórcio;
6. O divórcio por “qualquer motivo” é inválido e com isso o novo casamento, depois de um divórcio inválido, resulta em adultério. Ao que tudo indica, o divórcio era muito simples na época e por “qualquer motivo”. Jesus declara que as pessoas nessa situação são adúlteras e seus filhos ilegítimos. Para Jesus, essas pessoas continuam casadas com seu ex-cônjuge, o que as torna adúlteras. Jesus não se expressa de modo específico a respeito do que deve ocorrer depois de um divórcio inválido. A vida de solteiro era vista com muita suspeição nos seus dias. Se os casamentos ilegais fossem quebrados, isso daria uma confusão sem tamanho.¹¹² Talvez é por isso que Mateus incluiu o ensino no Sermão do Monte.

Jesus corrige diversas interpretações erradas da Lei e insiste no verdadeiro espírito da Lei para aqueles que ingressam no Reino. Por vezes, isso inclui adotar procedimentos que são permitidos por causa da pecaminosidade humana. O ideal era que não houvesse divórcio algum. Mas há situações em que a rebeldia humana contra a vontade de Deus impede a continuidade do relacionamento matrimonial. Nestes casos, Jesus autoriza o divórcio e o novo casamento, mas o ideal sempre é a reconciliação. Quando esta se torna impossível, em virtude da recusa teimosa ao arrependimento, há a possibilidade de um novo relacionamento. Mas isso sempre com o temor do Senhor, pois todos somos falhos, jamais seremos o cônjuge ideal no relacionamento matrimonial. Sempre há como amadurecer no relacionamento e ser mais parecido com Jesus.

haveria grupo algum que discordaria dos motivos para o divórcio de Êxodo 21.10,11. Se Jesus quisesse rejeitar esses motivos para o divórcio, teria que fazê-lo de modo muito claro, pois, caso contrário, supunha-se que Jesus, assim como os outros judeus, concordavam com eles;

- c. O paralelo quase perfeito entre as palavras usadas por Jesus em seu ensino sobre o divórcio e as regras de Shammai, grupo que aceitava outros motivos para o divórcio. Obviamente, o significado do ensino de Shammai e de Jesus usando as mesmas palavras e na mesma época precisa ser igual. A escola de Shammai insistia que Deuteronômio 24 não permitia divórcio a não ser por “alguma coisa vergonhosa”, mas não queria dizer que não haveria outros motivos para o divórcio em outras passagens. O mesmo se aplica a Jesus.

Mas precisa ser lembrado que, embora os argumentos possam ser convincentes, são argumentos de silêncio, não argumentos textuais explícitos. Blomberg, no entanto, sugere que a resposta de Jesus pode ser uma máxima proverbial e não uma lei absoluta. Se este não fosse o caso, como Paulo teria tomado a liberdade de inserir uma segunda exceção, a não ser que considerasse que o pronunciamento de Mateus 19.9 não era absoluto? (1990, p. 186-187). Sprinkle ressalta que, sem a devida atenção ao ensino do AT sobre o divórcio, os leitores do NT absolutizam com excessiva pressa os ensinamentos de Jesus (1997, p. 549).

¹¹¹ Na Mishnah Yebamoth 6.7, esse assunto é discutido. Visto que a ordem de ser frutífero e multiplicar recebe forte ênfase, esse texto insiste que se no prazo de dez anos a mulher não conceder filhos ao marido, este é obrigado a se divorciar dela. Mesmo neste caso, a mulher pode se casar com outro homem e tem mais dez anos para gerar descendentes. A questão importante é que a aparente esterilidade não é motivo para evitar um novo casamento (NEUFELD, 1989, p. 28; KEENER, 2000b, p. 682).

¹¹² Este artigo não se propõe a discutir essa questão pastoral: o que fazer com divórcios inválidos e conseqüentemente um novo casamento que resulta em adultério. Jesus não descartava as pessoas apanhadas em pecados que consideramos graves, mas qual seria a prática adequada em situações com essas? Esse ponto precisa de uma reflexão adicional em outro artigo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Jay E. **Casamento, divórcio e novo casamento na Bíblia**. São Paulo: PES, 2012.

ALLISON, Dale C. Divorce, celibacy and Joseph (Matthew 1:18-25 and 19:1-12). *Journal for the Study of the New Testament*, n. 49, p. 3-10, mar. 1993.

ATKINSON, David J. Divórcio. In: ELWELL, Walter A. (org.). **Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1990, v. 1, p. 481-486.

_____. Novo casamento. In: ELWELL, Walter A. (org.). **Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1990, v. 3, p. 31-33.

_____. Separação conjugal. In: ELWELL, Walter A. (org.). **Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã**. São Paulo: Vida Nova, 1990, v. 3, p. 385-386.

BAUER, Walter; ARNDT, William F; GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. (BAGD) **A Greek-English lexicon of the New Testament and other early Christian literature**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

BERGER, Klaus. Hartherzigkeit und Gottes Gesetz: die Vorgeschichte des antijüdischen Vorwurfs in Mc 10:5. *Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft und die Kunde der älteren Kirche*, v. 61, n. 1-2, p. 1-47, 1970.

BLOMBERG, Craig L. Marriage, divorce, remarriage, and celibacy: An exegesis of Matthew 19:3-12. *Trinity Journal*, v.11, p. 161-196, 1990.

_____. **Jesus e os Evangelhos: uma introdução ao estudo dos 4 Evangelhos**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

_____. Mateus. In: BEALE, G. K.; CARSON, D. A. (orgs.). **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 1-138.

BOCK, Darrell L. **Luke**. Baker Exegetical Commentary of the New Testament. Grand Rapids: Baker, 1994a, 1996. 2 v.

_____. **Luke**. The IVP New Testament Commentary. Downers Grove: InterVarsity, 1994b.

_____. **Jesus segundo as Escrituras**. São Paulo: Shedd, 2006.

BROMILEY, Geoffrey W. Divorce (Historical survey). In: _____ (org.). **The international standard Bible encyclopedia**. Grand Rapids: Eerdmans, 1989, v. 1, p. 978-979.

BRUG, John F. Exegetical brief: The betrothal explanation of *πορνεία* in the exception clause. *Wisconsin Lutheran Quarterly* v. 105, n. 4, p. Fall. 2008. Disponível em: <<http://essays.wls.wels.net/bitstream/handle/123456789/841/BrugBetrothal.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27/11/2017.

CALLISON, Walter. **O divórcio, a lei e Jesus**. Disponível em: <<http://www.bibliaonline.net/aconselhamentos/?acao=resposta&numero=1290&lang=BR>>. Acesso em: 09/03/2006.

CARON, Gerard. Did Jesus allow divorce (Matt 5.31-32). *AFER*, v. 24, n. 5, p. 309-316, out. 1982.

CARSON, D. A. **The Sermon on the Mount: an Evangelical exposition of Matthew 5-7**. Grand Rapids: Baker, 1982.

_____. **Matthew**. The Expositor's Bible Commentary. Grand Rapids: Zondervan, 1995. 2 v.

CARTER, Warren. **O Evangelho de São Mateus: comentário sociopolítico e religioso a partir das margens**. Grande Comentário Bíblico. São Paulo: Paulus, 2000.

CATCHPOLE, D. R. The Synoptic divorce material as a traditio-historical problem. *Bulletin of the John Rylands University Library of Manchester*, v. 57, p. 92-127, 1975.

CHIA, Roland. Marriage, divorce and remarriage: An exegetical and theological inquiry. *Church & Society*, v. 5, n. 3, p. 113-140, 2002.

COINER, Harry G. Those “divorce and remarriage” passages (Matt. 5:32; 19:9; 1 Cor. 7:10-16) with brief reference to the Mark and Luke passages. *Concordia Theological Monthly*, v. 39, n. 6, p. 367-384, jun. 1968.

COLLIER, Gary C. Rethinking Jesus on divorce. *Restoration Quarterly*, v. 37, n. 2, p. 80-96, 1995.

CORNES, Andrew. **Divorce & remarriage**. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

CRANFIELD, C. E. B. **Mark**. Cambridge: CUP, 1959.

CROSS, F. L.; LIVINGSTONE, E. A. (orgs.). **Dictionary of the Christian church**. 3a.ed. Peabody: Hendrickson, 1997, p. 493.

CROUZEL, Henri. **Divorce and remarriage in the Early Church: some reflections on historical methodology**. Disponível em: <<http://www.communio-icr.com/files/crouzel41-2.pdf>>. Acesso em: 03/10/2016.

DAVIES, W.; ALLISON, D. **Matthew**. International Critical Commentary. Edinburgh: T&T Clark, 2004. 3 v.

DÜCK, Arthur W. Divórcio e novo casamento no Antigo Testamento (1): uma análise de Deuterônomo 24.1-4. *Revista Batista Pioneira*, v. 6, n. 1, p. 13-52, jun. 2017a.

_____. Divórcio e novo casamento no Antigo Testamento (2): uma análise dos outros textos relevantes. *Via Teológica*, v. 18, n. 35, p. 137-182, jun. 2017b.

_____. Divórcio e novo casamento no Novo Testamento (1): período intertestamentário, Marcos 10.2-12 e Lucas 16.18. *Revista Batista Pioneira*, v. 7, n. 1, p. 11-66, jun. 2018.

DUTY, Guy. **Divórcio e novo casamento**. Venda Nova: Betânia, 1979.

ELLEDGE, C. D. “From the beginning it was not so ...”: Jesus, divorce and remarriage in the light of the Dead Sea Scrolls. *Perspectives in Religious Studies* v. 37, n. 4, p. 371-389, Winter. 2010.

ELLIS, Wesley G. A Scriptural viewpoint on divorce. *The Theological Educator*, v. 38, p. 33-40, Fall, 1988.

EVANS, Craig A. **Mark 8.27—16.20**. Word Biblical Commentary. Nashville: Thomas Nelson, 2001.

EWERT, David. **How to understand the Bible**. Scottsdale: Herald, 2000.

FARLEY, G. E. Divórcio. In: TENNEY, Merrill C. (org.). **Enciclopédia da Bíblia Cultura Cristã**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, v. 2, p. 198-200.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lêes?** São Paulo: Vida Nova, 2000.

FIELD, David. Talking points: The divorce debate – where are we now? *Themelios*, v. 8, n. 3, p. 26-31, abr. 1983.

FITZMYER, Joseph A. Matthean divorce texts and some new Palestinian evidence. *Theological Studies*, v. 37, n. 2, p. 197-226, jun. 1976.

_____. **Luke**. Anchor Bible. New York: Doubleday, 1985. 2 v.

FLEMING, Thomas V. Christ and divorce. *Theological Studies*, v. 24, n. 1, p. 106-120, mar. 1963.

FOSTER, Paul. **Community, law and mission in Matthew's Gospel**. Tübingen: Mohr Siebeck, 2004.

FRANCE, R. T. Mateus. In: CARSON, D. A.; FRANCE, R. T.; MOTYER, J. A., WENHAM, G. J. (orgs.). **Comentário bíblico Vida Nova**. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 1358-1421.

_____. **The Gospel of Mark**. A Commentary on the Greek Text. Grand Rapids: Eerdmans, 2002.

_____. **The Gospel of Matthew**. The New International Commentary on the New Testament. Grand Rapids: Eerdmans, 2007 (Kindle edition).

GAGNON, Robert A. G. **Divorce and remarriage-after-divorce in Jesus and Paul: a response to David Instone-Brewer**. Disponível em: <http://www.robgagnon.net/articles/DivorceOUPEntrySexualityS.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

GARDNER, Richard B. **Matthew**. Believers Church Bible Commentary. Scottsdale: Herald, 1991.

GREENBERG, Blue. Marriage in Jewish tradition. *Journal of Ecumenical Studies*, v. 22, n. 1, p. 3-20, Winter. 1985.

GRUNDMANN, Walter. **Das Evangelium nach Matthäus**. Theologischer Handkommentar zum Neuen Testament. 2. ed. Berlin: Evangelische Verlagsanstalt, 1971.

GUELICH, Robert. **The Sermon on the Mount: a foundation for understanding**. Dallas: Word, 1982.

GUENTHER, Allen R. The exception phrases: except **porneia**, including **porneia** or excluding **porneia**? (Matthew 5:5; 19:9). *Tyndale Bulletin*, v. 53, n. 1, p. 83-96, 2002.

HAGNER, Donald A. **Matthew**. Word Biblical Commentary. Dallas: Word, 1993, 1995. 2 v.

HARRIS, Murray J. **Handout on divorce and remarriage**. Trinity Evangelical Divinity School, 1995.

HARRISON, R. K. Polygamy. In: BROMILEY, Geoffrey W. (org.). **The international standard Bible**.

HETH, William A. Another view of the Erasmian view of divorce and remarriage. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 25, n. 3, p. 263-272, set. 1982.

_____. The meaning of divorce in Matthew 19:3-9. *Churchman*, v. 98, n. 2, p. 136-152, 1984.

_____. The changing basis for permitting remarriage after divorce for adultery: The influence of R. H. Charles *Trinity Journal*, v. 11, p. 143-159, 1990.

_____. Divorce and remarriage: The search for an evangelical hermeneutic. *Trinity Journal*, v. 16, p. 63-100, 1995.

_____. **Divorce and remarriage for two reasons**. Disponível em: http://www.wisereaction.org/ebooks/heth_divorce_two_reasons.pdf. Acesso em: 03/10/2016.

_____. **Jesus on divorce: how my mind has changed**. Disponível em: http://www.wisereaction.org/ebooks/heth_mind_changed.pdf. Acesso em: 03/10/2016.

HETH, William A.; WENHAM, Gordon J. **Jesus and divorce: The problem with the evangelical consensus**. Nashville: Thomas Nelson, 1985.

HOLMES, Michael W. The text of the Matthean divorce passages: a comment on the appeal to harmonization in textual decisions. *Journal of Biblical Literature*, v. 109, n. 4, p. 651-664, Winter, 1990.

HOLWERDA, David E. Jesus on divorce: An assessment of a new proposal. *Calvin Theological Journal*, v. 22, n. 1, p. 114-120, abr. 1987.

INSTONE-BREWSTER, David. Three weddings and a divorce: God's covenant with Israel, Judah, and the Church. *Tyndale Bulletin*, v. 47, n. 1, p. 1-25, maio. 1996.

_____. **Divorce and remarriage in the Bible: The social and literary context**. Grand Rapids: Eerdmans, 2002.

_____. **Biblical divorce and re-marriage**. Disponível em: <http://www.franca.com/divorce/html>. Acesso em: 20/04/2005.

_____. What God has joined: What does the Bible really teach about divorce? *Christianity Today*, v. 51, n. 10, p. 26-29, out. 2007.

_____. **Divorce and remarriage in the church: the social and literary context**. Milton Keynes: Paternoster, 2011. Edição Kindle.

JANZEN, David. The meaning of *porneia* in Matthew 5.32 and 19.9. An approach from the study of the ancient Near Eastern culture. *Journal for the Study of the New Testament*, v. 80, p. 66-80, 2000.

JENSEN, Joseph. Does *porneia* mean fornication? A critique of Bruce Malina. *Novum Testamentum*, v. 20, n. 3, p. 161-184, jul. 1978.

JONES, David W. The betrothal view of divorce and remarriage. *Bibliotheca Sacra*, v. 165, n. 657, p. 68-85, jan.-mar. 2008.

KEENER, Craig S. **...And marries another**: Divorce and remarriage in the teaching of the New Testament. Peabody: Hendrickson, 1991.

_____. **The IVP Bible background commentary (New Testament)**. Downers Grove: InterVarsity, 1993.

_____. **Matthew**. The IVP New Testament Commentary Series. Downers Grove: InterVarsity, 1997b.

_____. **A commentary on the Gospel of Matthew**. Grand Rapids: Eerdmans, 1999.

_____. **Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2017.

KELLY, Kevin T. Divorce. In: HASTINGS, Adrian; MASON, Alistair; PYPER, Hugh (orgs.). **The Oxford companion to Christian thought**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 172-173.

KILLGALEN, John. To what are the Matthean exception-texts (5,32 and 19,9) an exception? *Biblica*, v. 61, n. 1, p. 102-105, 1980.

_____. The purpose of Luke's divorce text (16,18). *Biblica*, v. 76, n. 2, p. 229-238, 1995.

KISSINGER, Warren S. **The Sermon on the Mount: a history of interpretation and bibliography**. ATLA Bibliography Series, no. 3. Metuchen: Scarecrow, 1975.

KÖSTENBERGER, Andreas J.; JONES, David W. **Deus, casamento e família**. São Paulo: Vida Nova, 2004.

_____.; _____. **God, marriage, and family**. Rebuilding the biblical foundation. 2. ed. Wheaton: Crossway, 2010.

KULIKOVSKY, Andrew S. **Divorce and remarriage: another look at the Matthean "exception" clauses**. Disponível em: <http://morechristlike.com/documents/mdr_kulikovsky.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

LANE, W. Mark. **New International Commentary on the New Testament**. Grand Rapids: Eerdmans, 1974.

LAPIDE, Pinchas. **Die Bergpredigt — Utopie oder Programm?** 7a. ed. Mainz: Matthias-Grünwald, 1990.

LEHMANN, Manfred R. Gen 2:24 as the basis for divorce in Halakhah and New Testament.

Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft, v. 72, n. 3, p. 263-267, 1960.

LEINEWEBER, Philip R. *The Greek word porneia in the Matthean exception clauses*. Senior Thesis for graduation in the Honors Program Liberty University (Fall 2008).

Disponível em:

⟨<http://digitalcommons.liberty.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1072&context=honors>⟩.

Acesso em: 14/10/2017.

LLOYD-JONES, Martyn. *Estudos no Sermão do Monte*. São Paulo: Fiel, 1989.

LONG, Timothy M. S. Mark 10:1-12 and marriage, divorce, and remarriage in South Africa today. *Neotestamentica*, v. 36, n. 1-2, p. 1-19, 2002.

LOPES, Hernandes Dias. *Casamento, divórcio e novo casamento*. São Paulo: Hagnos, 2005.

LUNDBOM, Jack. What about divorce. *The Covenant Quarterly*, v. 36, n. 4, p. 21-27, nov. 1978.

MAHONEY, F. J. Matthew 19:3-12 and celibacy: A redactional and form critical study. *Journal for the Study of the New Testament*, v. 2, p. 42-60, 1979.

MAIER, Gerhard. *Matthäus-Evangelium*. Edition C-Bibel-Kommentar zum Neuen Testament. Neuhausen: Hänssler, 1983, 1995a. 2 vols.

MALINA, Bruce J. Does porneia mean fornication? *Novum Testamentum*, v. 14, n. 1, p. 10-17, jan. 1972.

MARSHALL, I. Howard. *Commentary of Luke*. New International Greek Testament Commentary. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

_____. Divórcio. In: BROWN, Colin (org.). *Novo dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1989, v. 1, p. 673-675.

_____. Lucas. In: CARSON, D. A.; FRANCE, R. T.; MOTYER, J. A., WENHAM, G. J. (orgs.). *Comentário bíblico Vida Nova*. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 1472-1535.

McKEATING, Henry. Sanctions against adultery in ancient Israelite society, with some reflections on methodology in the study of Old Testament ethics. *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 4, n. 11, p. 57-72, abr. 1979.

McKNIGHT, Scot. *Sermon on the Mount*. The Story of God Bible Commentary. Grand Rapids: Zondervan, 2013.

METZGER, Bruce M. *A textual commentary on the Greek New Testament*. 2. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1994.

MISHNAH GITTIN. Disponível em: ⟨https://www.sefaria.org/Mishnah_Gittin?lang=bi⟩. Acesso em: 31/01/2018.

MOLONEY, Francis J. Matthew 19:3-12 and celibacy: a redactional and form critical study. *Journal for the Study of the New Testament*, v. 2, p. 42-60, jan. 1979.

MOO, Douglas J. Jesus and the authority of the Mosaic Law. *Journal for the Study of the*

New Testament, v. 20, p. 3-49, fev. 1984.

_____. Law. In: GREEN, Joel B.; MCKNIGHT, Scot; MARSHALL, I. Howard (orgs.). **Dictionary of Jesus and the Gospels**. Downers Grove: InterVarsity, 1992, p. 450-461.

MUELLER, Ekkehardt. **Jesus and divorce and remarriage in Matthew 19**. Disponível em: <https://adventistbiblicalresearch.org/sites/default/files/pdf/Jesus_divorce.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

MURRAY, John. Divorce. **The Westminster Theological Journal**, v. 9, n. 1, p. 31-46, nov. 1946.

_____. Divorce (second article). **The Westminster Theological Journal**, v. 9, n. 2, p. 181-197, maio, 1947a.

_____. Divorce (third article). **The Westminster Theological Journal**, v. 10, n. 1, p. 1-22, nov, 1947b.

_____. **Divorce**. Philadelphia: Orthodox Presbyterian Church, 1993.

MYERS, Allen C. (org.). **The Eerdmans Bible dictionary**. Grand Rapids: Eerdmans, 1996.

NAUDÉ, Jackie A. Sexual Ordinances. In: VANGEMEREN, Willem A. (org.). **New international dictionary of Old Testament theology & exegesis**. Grand Rapids: Zondervan, 1997, v. 4, p. 1198-1211.

NEUFELD, Edmund. Marriage after divorce in early Judaism. **Didaskalia**, v. 1, n. 1, p. 26-33, nov. 1989.

NEYREY, Jerome H. **Honor and shame in the Gospel of Matthew**. Louisville: Westminster John Knox, 1998.

NOLLAND, John. Luke. **Word Biblical Commentary**. Dallas: Word, 1993. 3 v.

_____. The Gospel prohibition of divorce: tradition history and meaning. **Journal for the Study of the New Testament**, v. 58, p. 19-35, jun. 1995.

OSBURN, Carroll D. The present indicative of Matthew 19:9. **Restoration Quarterly**, 24, n. 4, p. 193-203, 1981.

OWEN, Michael. Divorce and remarriage; biblical and theological perspectives. **Colloquium**, v. 29, n. 1, p. 37-48, maio. 1997.

OWUSU, Sam. Towards a theology of marriage and polygamy. **Direction**, v. 36, n. 2, p. 192-205, Fall. 2007.

PAO, David W. Adultery, divorce, and the hard-hearted people of God: the function of the Matthean exception clause (Matt 19:9) in its literary context. **Paradosis**, v. 1, p. 64-83, 2004.

_____; SCHNABEL, Eckhard J. In: BEALE, G. K.; CARSON, D. A. (orgs.). **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 139-520.

PIPER, John. **What Jesus demands from the world**. Wheaton: Crossway, 2006.

_____. **Divorce & remarriage**: a position paper. Disponível em: <<http://www.desiringgod.org/articles/divorce-remarriage-a-position-paper>>. Acesso em: 03/10/2016.

PLEKKER, Robert J. **Divórcio à luz da Bíblia**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

PORTON, Gary G. Haggadah. In: FREEDMAN, Daniel N. (org.). **Anchor Bible dictionary**. New York: Doubleday, 1992, v. 3, p. 19-20.

_____. Halakah. In: FREEDMAN, Daniel N. (org.). **Anchor Bible dictionary**. New York: Doubleday, 1992, v. 3, p. 26-27.

QUESNELL, Quentin. “Made themselves eunuchs for the kingdom of heaven” (Mt 19:12). **The Catholic Biblical Quarterly**, v. 30, n. 3, p. 335-358, jul. 1968.

ROBERTS, Jeremy. **Divorce and remarriage**: a spectrum of evangelical positions. Disponível em: <<https://jeremyroberts.files.wordpress.com/2012/01/divorceremarriage.pdf>>. Acesso em: 03/10/2016.

SCHMIDT, Peter. **cwrew** (choreo). In: BROWN, Colin (org.). **Novo dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1989, v. 3, p. 561-562.

SILVA, Paulo Moreira da. **O divórcio e a Bíblia**. Mogi das Cruzes: ABECAR, 1983.

SMALL, Dwight H. **Remarriage and God's renewing grace**. Grand Rapids Baker, 1986.

SNODGRASS, Klyne. **Divorce and remarriage**. Disponível em: <<http://www.covchurch.org/resources/files/2010/05/DivorceRemarriage.pdf>>. Acesso em: 03/10/2016.

RYRIE, Charles. **Biblical teaching on divorce and remarriage**. Disponível em: <http://biblicalstudies.org.uk/pdf/gtj/03-2_177.pdf>. Acesso em: 02/10/2016.

SPRINKLE, Joe M. Old Testament perspectives on divorce and remarriage. **JETS**, v. 40, n. 4, p. 529-550, dez. 1997.

STANTON, Graham N. Sermon on the Mount/Plain. In: GREEN, Joel B.; MCKNIGHT, Scot; MARSHALL, I. Howard (orgs.). **Dictionary of Jesus and the Gospels**. Downers Grove: InterVarsity, 1992, p. 735-744.

_____. **The gospels and Jesus**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2002.

STEIN, R. H. Is it lawful for a man to divorce his wife? **JETS**, v. 22, n. 2, p. 115-122, jun. 1979.

_____. Divorce. In: GREEN, Joel B.; MCKNIGHT, Scot; MARSHALL, I. Howard (orgs.). **Dictionary of Jesus and the Gospels**. Downers Grove: InterVarsity, 1992, p. 192-199.

_____. Problema sinótico. In: REID, Daniel G. (org.). **Dicionário teológico do Novo Testamento: compêndio dos mais avançados estudos bíblicos da atualidade**. São Paulo: Vida Nova, 2012, p. 1050-1060.

STOTT, John. The biblical teaching on divorce. **Churchman**, v. 85, p. 165-174, 1971.

_____. **Decisive issues facing Christians today.** Your influence is vital in today's turbulent world. Grand Rapids: Fleming H. Revell, 1990.

_____. **Grandes questões sobre sexo.** Niterói: Vinde Comunicações, 1993.

_____. **A mensagem do Sermão do Monte:** contracultura cristã. A Bíblia Fala Hoje. São Paulo: ABU, 2001.

STRACK, Hermann L.; BILLERBECK, Paul. **Das Evangelium nach Matthäus erläutert aus Talmud und Midrash.** 8.ed. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1982.

STRECKER, Georg. Die Antithesen der Bergpredigt (Mt 5:28 par). **Zeitschrift für die neutestamentliche Wissenschaft und die Kunde der älteren Kirche**, v. 69, n. 1-2, p. 36-72, 1978.

STUART, Douglas. Malachi. In: MCCOMISKEY, Thomas Edward (Org.). **The minor prophets.** Grand Rapids:

TAYLOR, Dean. **Marriage, divorce and remarriage.** Loxahatchee: New Testament Churchsource, 2008.

VAWTER, Bruce Francis. Divorce and the New Testament. **The Catholic Biblical Quarterly**, v. 39, n. 4, p. 528-542, out. 1977.

VERHEY, Allen. Divorce in the New Testament (1). **Reformed Journal**, v. 26, n. 5, p. 17-19, maio-jun. 1976.

_____. Divorce in the New Testament (2). **Reformed Journal**, v. 26, n. 6, p. 28-31, jul-ago. 1976.

_____. Divorce (NT). In: BROMILEY, Geoffrey W. (org.). **The international standard Bible encyclopedia.** Grand Rapids: Eerdmans, 1989, v. 1, p. 976-978.

WADE, George Wosung. The subject of divorce in the Gospels. **Modern Churchman**, v. 2, n. 11, p. 513-517, fev. 1913.

WALL, Robert. Divorce. In: FREEDMAN, Daniel N. (org.). **Anchor Bible dictionary.** New York: Doubleday, 1992, v. 2, p. 217-219.

WARDEN, Duane. The words of Jesus on divorce. **Restoration Quarterly**, v. 39, n. 3, p. 141-153, 1997.

WEIBLING, James M. Reconciling Matthew and Mark on divorce. **Trinity Journal**, v. 22, n. 2, p. 219-235, Fall, 2001.

WENHAM, Gordon J. Matthew and divorce: an old crux revisited. **Journal for the Study of the New Testament**, v. 22, p. 95-107, out. 1984.

_____. The syntax of Matthew 19:9. **Journal for the Study of the New Testament**, v. 28, p. 17-23, out. 1986.

_____. Marriage and divorce in the Old Testament. **Didaskalia**, v. 1, n. 1, p. 6-17, nov. 1989.

WIEBE, Phillip H. The New Testament on divorce and remarriage: some logical implications. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 24, n. 2, p. 131-138, jun. 1981.

_____. Jesus' divorce exception. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 32, n. 3, p. 327-333, set. 1989.

WILKINS, Michael J. Matthew. In: ARNOLD, Clinton E. (org.). *Zondervan illustrated Bible backgrounds commentary*. Grand Rapids: Zondervan, 2002, v. 1, p. 2-203.

YAMAUCHI, Edwin M. Cultural aspects of marriage in the ancient world. *Bibliotheca Sacra*, v. 135, n. 539, p. 241-252, jul.-set. 1978.